



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

**A IGREJA CATÓLICA E AS RELIGIÕES AFRO-
BRASILEIRAS: ANÁLISE DOS ESCRITOS AFRICANISTAS
DE DOM JOSÉ MARIA PIRES (1965-1995)**

Mainara Duarte Eulálio

Campina Grande – PB

Abril - 2011.

**A IGREJA CATÓLICA E AS RELIGIÕES AFRO-
BRASILEIRAS: ANÁLISE DOS ESCRITOS AFRICANISTAS
DE DOM JOSÉ MARIA PIRES (1965-1995)**

MAINARA DUARTE EULÁLIO

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História e Cultura Afro-Brasileira do Departamento de História do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva

CAMPINA GRANDE – PB

2011

E88i Eulálio, Mainara Duarte.

A igreja católica e as religiões afro-brasileiras [manuscrito]: análise dos escritos africanistas de Dom José Maria Pires (1965-1995) / Mainara Duarte Eulálio. – 2010.

71 f.

Digitado.

Monografia (Especialização em História e Cultura Afro-Brasileiras) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2010.

“Orientação: Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva, Departamento de História”.

1. Religião católica. 2. Afro-brasileiros. 3. Escritos africanos. 4. História da Paraíba. I. Título.

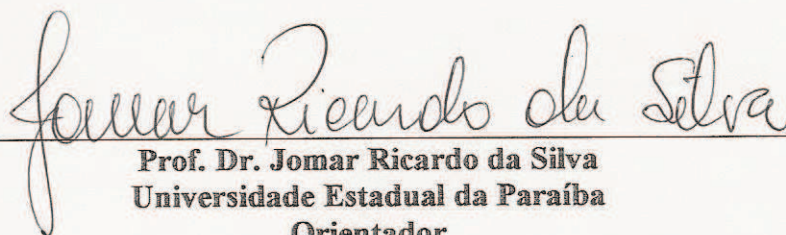
21. ed. CDD 282

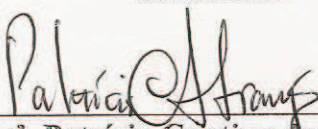
**A IGREJA CATÓLICA E AS RELIGIÕES AFRO-
BRASILEIRAS: ANÁLISE DOS ESCRITOS AFRICANISTAS
DE DOM JOSÉ MARIA PIRES (1965-1995)**

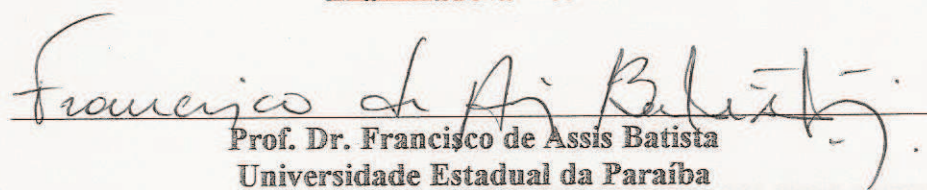
MAINARA DUARTE EULÁLIO

Avaliado em 11/05/2011 com conceito 10,0.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva
Universidade Estadual da Paraíba
Orientador


Prof. Dr.ª. Patrícia Cristina de Aragão Araújo
Universidade Estadual da Paraíba
Examinadora interna


Prof. Dr. Francisco de Assis Batista
Universidade Estadual da Paraíba
Examinador interno

*Dedico este trabalho aos meus companheiros(as)
que lutam pela causa do negro(a) no Brasil.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva, pela competente orientação, paciência, dedicação e sugestões para o desenvolvimento deste trabalho.

À Coordenação do curso de Especialização, em especial, a secretária Arleide pela atenção que sempre me dispensou.

A todos os meus professores, em especial, a professora Dr^a. Patrícia Cristina e ao professor Dr. Francisco de Assis, que aceitaram o compromisso de participar da avaliação deste trabalho.

A Ricardo Grisi Velôso pelo auxílio às pesquisas no Arquivo Eclesiástico da Paraíba sempre que foi possível.

Ao meu namorado, Enildo pela contribuição nas pesquisas ao arquivo. Como também na confiança e estímulo depositados em mim, para conclusão deste trabalho.

Agradecimento especial a todos da minha família, irmãos, avós, tios, tias, primos e primas que sempre estão ao meu lado quando se trata na realização dos meus sonhos.

RESUMO

Nesta pesquisa analisamos as produções africanistas de Dom José Maria Pires durante seu mandato como Arcebispo da Paraíba entre 1965 a 1995. Ao estudarmos as produções dos intelectuais negros, a partir de suas inserções nos saberes históricos sobre a negritude e a busca pela identidade negra, tornamos viável a contribuição para as pesquisas sobre os estudos africanistas e para formação da historiografia brasileira contemporânea e da cultura afro-brasileira. No presente trabalho pesquisamos a produção intelectual de Dom José Maria Pires sobre o negro, identificando as questões políticas, sociais e culturais presentes na sua produção. Através da documentação, percebemos que este foi um dos meios para lutar pela afirmação da negritude e a buscar pela identidade negra no Brasil, em especial, na Paraíba durante seu mandato como Arcebispo do Estado. Nesse sentido, especificamos os pressupostos que o levaram a lutar pelas questões raciais e quais foram os meios utilizados para expandir a Teologia da Libertação juntamente com a questão étnico-racial presente nesse período. Com essa pretensão e dentro da temática, através da religião católica e, principalmente, por Dom José Maria Pires, adepto da Teologia da Libertação, o negro encontrou uma das aberturas para inserção na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Escritos africanistas; Religião Católica; Intelectual Negro;

LISTA DE SIGLAS

PROLICEN – Programa de Licenciaturas -----	09
AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba -----	16
MDB - Movimento Democrático Brasileiro -----	21
FNB - Frente Negra Brasileira -----	24
TEN - Teatro Experimental do Negro -----	24
CDAB - Comitê Democrático Afro-Brasileiro -----	24
CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra -----	25
SINBA - Sociedade de Intercâmbio Brasil-África -----	25
IPCN - Instituto de Pesquisas das Culturas Negras -----	25
GTAR - Grupo de Trabalho André Rebouças-----	25
MNU - Movimento Negro Unificado-----	25
MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial -----	25
MNJP - Movimento Negro de João Pessoa -----	28
MNPB - Movimento Negro da Paraíba-----	28
JAC - Juventude Agrária Católica -----	31
JEC - Juventude Estudantil Católica -----	31
JIC - Juventude Independente Católica -----	31
JOC - Juventude Operária Católica -----	31
JUC - Juventude Universitária Católica -----	31
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -----	32
CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil -----	32
Celam - Conferência Episcopal Latino-Americana -----	32
Openo - Operação Nordeste-----	32
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -----	32
UDN - União Democrática Nacional amostra -----	33
INP - Instituto Nacional de Pastoral -----	35
Cenfi - Centro de Formação Intercultural 4.2 Considerações éticas -----	35
Ibrades - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento -----	35
Ceris - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais -----	35
SAR - Serviço de Assistência Rural -----	36

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base -----	36
CEAA - Centro de Estudos Afro-Asiáticos -----	41
SECNEB - Sociedade de Estudo da Cultura Negra do Brasil -----	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	10
2. A IGREJA E A SOCIEDADE BRASILEIRA -----	20
2.1 As questões étnico-raciais no Brasil do século XX -----	23
3. DOM JOSÉ MARIA PIRES E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO -----	29
3.1 Nova forma de ser Igreja -----	29
3.2 “Dom Zumbi” e a nova Teologia -----	37
3.3 A Teologia da Libertação e a questão racial: a ação de Dom José Maria Pires -----	39
4. ESCRITOS DO BISPO NEGRO: AFRICANIDADE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA -----	43
4.1 Entrevistas e debate -----	43
4.2 Artigos -----	47
4.3 Ditos e escritos pastorais -----	52
4.4 Humanização e consciência -----	56
4.5 A missa negra -----	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	65
6. REFERÊNCIAS -----	68
6.1 Fontes Documentais -----	68
6.2 Bibliografia -----	71

1. INTRODUÇÃO

A intenção de se estudar as produções dos intelectuais negros, em especial, os escritos de Dom José Maria Pires, a partir de suas inserções nos saberes históricos sobre a negritude e a busca pela identidade negra, mostra viável a contribuição para as pesquisas sobre os estudos africanistas e para formação da historiografia brasileira contemporânea e da cultura afro-brasileira.

A idéia surgiu, inicialmente, durante as três etapas do trabalho realizado no projeto, *Margens do Atlântico*: fontes para o estudo e o ensino de História da África contemporânea e da cultura afro-brasileira, desenvolvido pelo Programa de Licenciaturas (PROLICEN) da Universidade Federal da Paraíba, que tinha como objetivo principal, selecionar, catalogar e apresentar fontes e documentos para História da África contemporânea no uso em sala de aula.

Com essa perspectiva, para o Trabalho de Conclusão de Curso em História pela Universidade Federal da Paraíba, tivemos o pensamento de pesquisar a obra do intelectual negro Dom José Maria Pires, que obteve o reconhecimento nacional através da sua luta pela inclusão social da classe marginalizada e pelo combate às injustiças sociais.

O que nos chamou a atenção para pesquisar sobre seus escritos, em especial, os africanistas foi a pouca existência de trabalhos historiográficos envolvendo a análise temática das questões étnico-raciais na obra desse intelectual negro e pela importância que foram seus escritos para o Brasil e, principalmente, para Paraíba durante os anos de abertura política.

Entretanto, utilizamos a documentação referente à década de 1978 a 1988 para trabalho de conclusão do curso de graduação, já para conclusão do curso de Especialização em História e cultura afro-brasileira da Universidade Estadual da Paraíba expandimos nossa pesquisa para documentação escrita durante o período do mandato de Dom José Maria Pires como Arcebispo do Paraíba.

Diante dessa questão, os escritos africanistas analisados neste trabalho acadêmico de conclusão de curso, focam os temas sobre o preconceito racial, a negritude, a cultura afro-brasileira e a afirmação da identidade nacional, inseridos no sistema socioeconômico e na política ditatorial do Brasil, do período entre 1965 a 1995.

Dessa forma, o presente trabalho especifica os pressupostos que levaram Dom José Maria Pires a lutar pelas questões raciais, e quais foram os meios utilizados para expandir a Teologia da Libertação juntamente com a questão étnico-racial presente nesse período.

As décadas de 1960 a 1980 se inseriram numa conjuntura nacional de contestação do autoritarismo e de abertura política vivenciada pela sociedade civil. Os anos de 1970 foram marcados pela mobilização de vários segmentos populares que deram início a luta contra as desigualdades socioeconômicas e culturais, sobretudo no que diz respeito às populações negras. Nesse período, a questão racial passou a ser o fator importante nos discursos dos movimentos sociais e o conceito de raça teve um viés mais sociocultural do que biológico.

A utilização do conceito de raça leva à lembrança da ideologia de superioridade da raça difundida na Europa no fim do século XIX sob a concepção da teoria evolucionista, hoje considerada ultrapassada e totalmente equivocada. No entanto, tal ideologia foi seguida por intelectuais brasileiros, principalmente, depois da abolição que serviram para enfraquecer a idéia de igualdade e corroborar com os rótulos depreciativos para os negros.

Porém, depois da metade do século XX, o conceito biológico de raça foi substituído por definições culturais. Mas de acordo com os movimentos sociais e entidades que valorizam a questão da identidade negra, preferiram adotar o termo etnia, já que as características culturais formam um campo político onde podem criar novas identidades dos grupos sociais (BAPTISTA; 2002). Portanto, quando se utiliza o termo raça estamos tratando de construções sociais, que são entendidas dentro de contextos históricos específicos.

No decorrer do século XX, através das mudanças ocorridas dentro da historiografia, o movimento dos Annales apontou como o grupo que rompeu com a historiografia positivista. Este, por sua vez, buscava a consciência coletiva, contradizendo com a história que exalta os grandes acontecimentos e personalidades de maior notoriedade, como heróis, reis e mártires. Nessa perspectiva, multiplicaram-se os temas, descentralizaram-se as fontes, e o saber histórico ganhou maior mobilidade ao promover diálogos com outros saberes, principalmente, no campo social. Desse modo, dentro do movimento dos Annales houve o encontro das duas correntes historiográficas, a História Social e a História Cultural, cujos questionamentos transitam pelas duas áreas de pesquisa.

A História Cultural vem avançando, no campo do saber, como um movimento rápido e incessante de descobertas e incorporações da variedade quase ilimitada de objetos e abordagens descritos ou rotulados, genericamente, de novos ou, em certos casos, esquecidos. Pensada como um campo de múltiplos temas e saberes, a História Cultural dialoga com o método disciplinar ou área de investigação interdisciplinar, até mesmo metadisciplinar, capaz de dar conta de todas as práticas e representações sociais. Já a História Social é marcada pelo maior posicionamento político direcionando os interesses para as investigações da

composição social, da vida cotidiana de pessoas comuns e esquecidas na historiografia tradicional, como mulheres, criados, operários, grupos étnicos entre tantos outros.

Entretanto, as correntes tanto História Cultural quanto História Social, vêm contribuindo no desenvolvimento dos estudos historiográficos, principalmente, no que diz respeito à história vista de baixo, à história do trabalho e à história cultural. Desse modo, o principal objetivo das duas perspectivas históricas é ampliar o conhecimento histórico a partir da incorporação de novos temas. Sem esquecer, que uma pesquisa social, dependendo do olhar do pesquisador, pode conter questões culturais. Com esse pensamento Almícar Cabral, escritor africano, destaca que:

A cultura, tal como a história, é necessariamente um fenômeno em expansão, em desenvolvimento. Mais importante ainda é ter em consideração o fato que a característica fundamental de uma cultura é a sua íntima ligação, de dependência e reciprocidade, com a realidade economia e social do meio, com o nível de forças produtivas e o modo de produção da sociedade que a cria (CABRAL, 1980, p. 66).

Junto às idéias de Almícar Cabral (1980), o africano Leopold Senghor (1965) acreditou que assim como há a importância da ligação entre a cultura e os fatores socioeconômicos, a política também interage com a cultura, “cada um reagindo sobre o outro” (SENHGHOR, 1965, p. 84).

É nesse sentido, através das manifestações culturais e sociopolíticas, que o posicionamento das mobilizações étnico-raciais do fim da década de 1970 e início de 1980 se fez reagir na luta pela afirmação da identidade cultural brasileira e, principalmente, pelo fim do mito da democracia racial. Desse modo, o historiador Joseph Ki-Zerbo (2006) lembra a resistência do povo negro através da memória e da cultura afro-brasileira frente ao contexto histórico perpassado por essa população, dizendo que “ao longo dos séculos, fez-se tudo para esmagar os negros, a fim de que não pudessem reconstituir-se. Mas, apesar de todas as violências e de todos os ardis, eles preservaram a mensagem da sua cultura” (KI-ZERBO, 2006, p. 139).

Para Maurice Halbwachs (2004), essa memória individual está ligada a memória coletiva, tendo em vista que as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Ou seja, a origem de várias idéias, reflexões, sentimentos que atribuímos a nós são, na realidade, inspiradas pelo grupo. A memória individual construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo se refere, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios” (HALBWACHS, 2004, p. 55).

No caso da população negra representada nos escritos africanistas de Dom José Maria Pires e pela sua pessoa, podemos identificar os valores, costumes e uma identidade da cultura afro-brasileira presente não só na memória individual do bispo negro como também na população negra que se identificam com as questões étnico-raciais. Como, por exemplo, destacada na fala do bispo a qual remete aos antepassados negros escravizados que “violentaram-lhes a consciência, impuseram-lhes uma religião que não escolheram. Até o nome lhes roubaram e os chamaram por nomes destituídos de significado para eles” (PIRES, 1981, p. 3).

Nesse sentido, para além da formação da memória podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. Como é o caso da herança cultural deixada pelos negros escravizados aos seus descendentes que buscam a sua identidade através da afirmação da negritude. Entretanto, essa lembrança em larga medida, é uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente e que pode ser manifestada alterada.

Entretanto Halbwachs (2004) acredita que o emprego dessa memória coletiva e da memória histórica é formado por uma pluralidade de memórias, onde torna base para formulação de uma identidade, que havendo continuidade ela é vista como característica marcante. No entanto, o autor defende que essas lembranças seriam incorporadas pela história à medida que fossem deixando de existir ou na medida em que os grupos as sustentavam deixassem de existir.

Já para Pollack (1989), as memórias marginalizadas no grupo da história tradicional abriram novas possibilidades no terreno fértil da História Oral. Não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir, e sim, trazer à superfície memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” e que “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 3-15). Como aponta Pollack, esses sobressaltos das memórias marginalizadas entram no embate com a memória oficial para firmar uma identidade pertencente a uma minoria marginalizada referente a história tradicional.

Entretanto, memórias individuais e coletivas se alimentam e têm pontos de contato com a memória histórica e, tal como ela, são socialmente negociadas. Guardam informações relevantes para os sujeitos e tem, por função primordial garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros. Abarcam períodos menores do que aqueles tratados pela história. Tem na oralidade o seu veículo privilegiado, porém não

necessariamente exclusivo, de troca. Já a memória histórica tem no registro escrito um meio fundamental de preservação e comunicação. Memória individual, coletiva e histórica se interpenetram e se contaminam.

É nesse ínterim, que através dos escritos africanistas posteriormente analisadas perceberemos as memórias individuais e coletivas vivendo num permanente embate pela coexistência e também pelo status de se constituírem como memória histórica.

Nessa perspectiva em busca da afirmação étnico-racial, seja através da memória ou não, Ki-Zerbo (2006) acredita que a identidade cultural e nacional é primordial para desempenhar um papel no mundo. Ela é a afirmação de uma característica própria da etnia ou da nação. Para isso, ele se diz necessário cada nação possuir cultura, também com base material, pois a troca cultural daria de maneira mais eqüitativa e diminuiriam as chances de sumir sem registros materiais. “Uma cultura sem base material e logística é apenas um vento que passa” (KI-ZERBO, 2006, p. 12).

Diante dessa controvérsia, as produções de Dom José Maria Pires destacam também, a necessidade de agentes políticos e sociais deslocarem-se “do centro para a margem”, para assim, conhecer a realidade dos que estão à margem da sociedade (PIRES; 1978). Como é o caso dos que sofrem preconceito racial, os sem terra e sem teto, os pobres, os operários, os desempregados, entre tantos outros.

Inserido na perspectiva de Dom José Maria Pires, o africano e historiador Ki-Zerbo (2006), pensa que “não convém que nos posicionemos demasiado em relação aos outros e concebamos a marginalização em função do centro. O centro está em nós mesmos” (KI-ZERBO, 2006, p. 158). Ou seja, o alcance do centro estaria no indivíduo, e através do reconhecimento como agente de transformação, torná-lo-ia capaz de ações coletivas para solucionar os problemas da sociedade. Para ele, isso seria uma possibilidade de atingir o que se chamam de progresso, e para outros, o desenvolvimento que precisaria ultrapassar a periferia do seu espírito, fundando-se em si mesmo.

Nessa idéia de Ki-Zerbo (2006) interagindo com a de Dom José Maria Pires, Cabral (1980) expõe que a mudança social se dá a partir da consciência de libertação das massas populares. Porém, os fatores externos (sociais, econômicos e culturais), também influenciam na ideologia do grupo. Assim, de forma mais revolucionária, Cabral (1980) defendia a idéia de que a libertação de um povo seria a reconquista da personalidade desse povo. Ou seja, regressaria à história pela destruição do domínio a que esteve sujeito.

De acordo com esses intelectuais, é por meio da conscientização coletiva das massas populares sobre as questões étnico-raciais que conseguem lutar pelos seus direitos como

cidadãos afro-brasileiros para alcançar a inserção na sociedade, desfrutando de uma vida digna, com justiça e progresso.

Além de percebermos a presença da memória individual e coletiva mais o pensamento político de transformação da sociedade negra através da afirmação da negritude brasileira no discurso de Dom José Maria Pires, encontraremos também a noção de representação defendida por Roger Chartier (1991), onde não podemos dissociar a representação do negro nos escritos do bispo nem na sua vida íntima. Desse modo, essa noção está intrinsecamente ligada no discurso de Dom José Maria Pires havendo a junção entre o indivíduo e o coletivo.

Nesse sentido, Chartier (1990) apresenta a importância de a História Cultural contribuir para compreendermos os motivos, as posições e interesses dos atores sociais. No caso Dom José Maria Pires para designar a realidade a partir de sua cosmovisão. Entretanto, para apreender o real representado nos discursos é necessário trabalhar com a possibilidade de “delimitações das configurações, com as quais são construídas, por diversos grupos, a realidade social; reconhecimento da identidade social que mostra a maneira peculiar de estar no mundo e as posições idiossincráticas, e as formas institucionalizadas que alguns “representantes” marcam a existência do grupo, classe ou comunidade” (SILVA apud CHARTIER; 2010, p. 74).

Desse modo, encontraremos nos escritos africanistas de Dom José Maria Pires aspectos socioeconômico, político e cultural do povo negro presentes na história brasileira das três décadas do século XX a qual os discursos foram produzidos, simultaneamente a sua posição frente a essa realidade em que si encontrava. Nesse ínterim, a receptividade destes discursos será variada haja vista os diferentes lugares onde alguns escritos foram publicados, a época escrita e recebida pela comunidade. No caso desta pesquisa, o olhar receptivo será diferenciado porque a análise é feita cerca de dezesseis anos após produção do último escrito.

Todavia, tantos os objetos culturais como os sujeitos produtores e receptores da cultura circulam entre as noções de “práticas e representações” os quais correspondem respectivamente “os modos de fazer” e os “modos de ver” (CHARTIER; 1990). Barros (2005) completa esses estudos mostrando a importância deles para pesquisa vinculada a História cultural:

através dessas noções podemos examinar também os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação dos seus costumes (BARROS, 2005, p. 135).

Desse modo, como forma de conscientização do processo histórico o qual o afro-brasileiro esteve inserido, Dom José Maria Pires através dos seus escritos africanistas, contribuiu para uma nova construção da Historiografia Brasileira e da cultura afro-brasileira, como também, suas produções tornaram-se um meio de afirmação da negritude brasileira.

É dentro dessa perspectiva, que esse trabalho propõe desenvolver as questões políticas, sociais e culturais que influenciaram Dom José Maria Pires por meio dos seus escritos a lutar pela afirmação da negritude e a buscar pela identidade negra no Brasil, em especial, na Paraíba. Com essa pretensão e dentro da temática, através da religião católica e, principalmente, por Dom José Maria Pires adepto da Teologia da Libertação, o negro encontrou uma das aberturas para inserção na sociedade brasileira.

Com base nesses autores, entre outros e, juntamente com as fontes coletadas, esse trabalho está assentado nas análises categóricas da negritude e identidade racial brasileira desenvolvido pela produção intelectual sobre o negro por Dom José Maria Pires, e também, aprofundado em estudos clássicos e contemporâneos, de cientistas sociais e historiadores, nacionais e estrangeiros que pesquisam essa temática.

Para realização dessa pesquisa, optamos por uma documentação que possibilitasse analisar a conjuntura política, social e religiosa pela qual a Igreja católica se inseriu durante o século XX, principalmente nas últimas décadas, e as questões levantadas por Dom José Maria Pires nos seus escritos africanistas. Sem esquecer-se de inserir os escritos africanistas no contexto histórico da época estudada, e seguir os pressupostos do ofício do historiador para concretização do trabalho científico.

A análise dos escritos africanistas de Dom José Maria Pires, valeu de ampla documentação encontrada no Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB). Entre 1965 a 1995, durante o período como Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires registrou trinta e três escritos sobre o negro no Brasil. Dentre essas produções, vinte e oito foram produzidas e, algumas publicadas em jornais da época, periódico e livros, nos anos entre 1978 e 1988. Estes escritos tratam de questões que dizem respeito à questão do negro na sociedade brasileira.

Sua produção intelectual sobre o negro como Arcebispo da Paraíba corresponde aos treze artigos, as sete entrevistas, um debate, dois Sermões e duas Homilias¹, uma palestra e uma mensagem, três prefácios e um livro e, por fim, dois textos.

Todas as entrevistas foram publicadas em jornais da época, as quais estão documentadas na coleção recortes de jornais da época, como *O Momento*, *O Norte*, *Folhetim*,

¹ Discurso proferido por religiosos, sobre as leituras e o evangelho lido durante a celebração.

Kosmos, *O São Paulo*, *O Dia* e ao periódico *Anais*, da revista católica, sendo uma publicada tanto no jornal como no livro *Do centro para margem* completando a coletânea da obra. O debate *Povo negro: construindo o diálogo religioso* foi escrito para intervenção de Dom José Maria Pires na 5ª semana: “Fé e compromisso social” da Arquidiocese de São Paulo em de 15 de setembro de 1988. A Homilia para missa dos Quilombos foi discursada na missa em 22 de novembro de 1981 no Recife, dois Sermão, sendo um publicado no jornal paraibano *O Momento* em 19 de fevereiro de 1988, e oito dias depois, escreveu o Sermão para ordenação de Dom Luíz Fernando Oliveira.

As duas palestras, uma *A vez do negro na Igreja* foi proferida no Instituto de Pesquisa de Cultura Negra do Rio de Janeiro em 13 de junho de 1980 e a palestra Sobre a vida de Dom Santino M. da S. em comemoração ao centenário de nascimento do arcebispo em 12 de dezembro de 1968. Complementa a bibliografia com os textos *A Igreja e a escravidão no Brasil* escrito em 18 de fevereiro de 1988 e, *O negro e a educação* pronunciado no II Encontro de Negros do Norte e Nordeste realizado em 04 de setembro de 1982 e publicado na revista *Perspectivas Teológicas – Pastorais*. Mais três prefácios apresentado no livro de Abdias do Nascimento *Sitiados em Lagos: autodefesa de um negro acossado pelo racismo* (1981), no livro de Lilia Azevedo e Frei João Xerri, *Cartas da África do Sul* (1985) e, a *Afirmção da Negritude* prefácio no livro do II Encontro de Padres, Religiosos, Religiosas e Seminaristas Negros.

Por fim, Dom José Maria Pires publicou o livro *Do centro para a margem* em 1979, onde apresenta uma coletânea de conferências, discursos, artigos, depoimentos, sermões e cartas pastorais com diversos temas que focam a temática dos marginalizados da sociedade brasileira.

Estes documentos tratam de questões que dizem respeito à consciência negra da sociedade brasileira, como também de Dom José Maria Pires, o processo histórico em que o negro esteve inserido, a postura da Igreja católica frente à escravidão negra no Brasil, apontando sua conivência com os sistemas socioeconômicos dos séculos XVI ao XIX, e como a instituição se incluiu no debate com a cultura afro-brasileira e o racismo, as lutas de resistência frente ao sistema escravista e, a busca pela identidade nacional e afirmação da negritude como meio de libertação do sistema opressor.

Todas estas obras são fontes primárias datilografadas em fácil acesso e boas condições de pesquisa no Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB), salvo as entrevistas publicadas em jornais da época e no livro. A pesquisa foi realizada durante o Trabalho de Conclusão de Curso em História pela Universidade Federal da Paraíba, faltando a realização da análise dos

documentos escritos antes de 1978 e depois de 1988, as quais serão acrescentadas neste trabalho.

As quantidades de páginas datilografadas dos documentos variam com cerca de 5 a 15 páginas de acordo com a categoria e importância a qual foi escrito. As categorias estão organizadas em divisões e catalogadas no arquivo como: artigos, entrevistas, debate, sermão, homilia, mensagem, palestras, livro, prefácio e textos, na série documentação dos Bispos e/ou na coleção de recorte de jornais.

Nessa pesquisa as fontes documentais nos remetem a discussão da problemática dos arquivos no Brasil e, em especial, na Paraíba. As leis de arquivo em nosso país deixam os mantenedores destas instituições livres para guardar, ou não, documentos de forma indiscriminada. Na realidade, é guardado o que interessa aos órgãos e instituições que possuem arquivos.

Dentro dessa perspectiva, essas questões tornam difícil a relação entre o pesquisador e os documentos, onde nem sempre o que procuramos foi guardado ou é interessante ser aberto às pesquisas. Também estamos sujeitos a debates com alterações no plano de trabalho, que são alterados por férias, reformas, restaurações, mudanças de locais sem comunicação prévia e, entre outros imprevistos que podem, até mesmo, cancelar um projeto de pesquisa, caso este tenha prazos curtos e definidos para o término. Esse foi o caso deste trabalho que teve de ser adiada a pesquisa para início do mês de abril do corrente ano, porque o Arquivo Eclesiástico da Paraíba desde janeiro esteve em período de mudanças para o Memorial São Francisco. Fora isso, o AEPB possui um ambiente agradável, luminoso e arejado para realização das pesquisas, e os documentos são bem preservados pelos funcionários do arquivo.

A base metodológica deste estudo está circunscrita na amostragem e análise intrincada dos elementos que compõem os pronunciamentos pelos direitos sociais, políticos e étnico-raciais. E também sobre a articulação entre a religião católica e a política social presente nos escritos de Dom José Maria Pires que desenvolvo este estudo.

É desse modo, que a representação do intelectual negro, como agente de intervenções políticas e sociais, voltada para questões históricas que levaram à marginalização do negro, cria condições de participação de afro-brasileiros na dinâmica das relações e, contribui para os estudos de elementos africanistas inseridos no Brasil contemporâneo.

Portanto, a partir do curso de especialização em História e Cultura Afro-Brasileira na Universidade Estadual da Paraíba amplio este trabalho na realização do estudo voltado para toda obra escrita sobre o negro por Dom José Maria Pires durante seu mandato como Arcebispo Emérito da Paraíba, ou seja, de 1965 a 1995.

Nesse sentido, nosso trabalho foi separado em três partes gerais, subdivididos em tópicos de destaque do conteúdo formulado. A primeira parte, “A Igreja e a sociedade brasileira” contextualiza historicamente a produção intelectual de Dom José Maria Pires escrita entre 1965 a 1995, mostrando os aspectos políticos e sociais que perpassavam no Brasil durante esse período. Posteriormente, traz uma abordagem do surgimento de movimentos e entidades negras surgidas no país para discutirem as questões étnico-raciais brasileiras.

A segunda parte, “Dom José Maria Pires e a Teologia da Libertação” aborda o processo de criação da Teologia da Libertação com a qual o religioso Dom José Maria Pires é adepto, retoma o contexto histórico em que a Igreja esteve inserida no início do século XX até meados da década 1990, levanta um pouco da biografia do bispo negro, e discute os fatores sociais e políticos utilizados na relação entre a Teologia da Libertação e as questões raciais no Brasil.

E a última parte “Escritos do Bispo negro: africanidade e cultura afro-brasileira” faz abordagem sobre a análise dos documentos como fontes para contribuir com o ensino da História e da cultura afro-brasileira, e complementa a análise documental com discussões específicas que remetem as questões étnico-raciais como ponte para formação da consciência negra.

2. A IGREJA E A SOCIEDADE AFRO-BRASILEIRA

O processo histórico no qual a sociedade negra do Brasil está inserida resulta da dominação e exploração utilizada, principalmente no século XIX, pelas grandes metrópoles para o crescimento do seu mercado nacional. Desse modo, contrapondo aos fatores históricos que levaram ao ostracismo do negro, é relevante entender historicamente as formas e possibilidades de resistência negra de incluir-se na sociedade e na busca de direitos como cidadão. São, nessas perspectivas que surgiram intelectuais africanistas preocupados com essa causa, criações de modelos de resistências, como as formas associativas e padrões de mobilização e luta.

A intenção de se estudar as produções dos intelectuais negros, em especial, os escritos de Dom José Maria Pires a partir de suas inserções nos saberes históricos sobre a negritude e a busca pela identidade negra, mostra viável a contribuição para as pesquisas sobre os escritos africanistas, e para formação da historiografia da África contemporânea e da cultura afro-brasileira.

Desse modo, a representação do intelectual negro como agente de intervenções políticas e sociais voltada para questões históricas que levaram ao ostracismo do negro, cria condições de participação de afro-brasileiros na dinâmica das relações humanas e contribui para os estudos de elementos africanistas inseridos no Brasil contemporâneo.

Ao pesquisar sobre temas relacionados ao negro e sua inserção na sociedade brasileira, é essencial fazer um breve apanhado do processo histórico em que o negro esteve inserido. A partir do século XVI, o negro foi trazido como escravo nos navios negreiros vindos da África, e de forma brutal, incorporado à sociedade brasileira. Os colonizadores portugueses dominaram os territórios da África Negra e fizeram cativos seus habitantes com objetivo de instalar uma mão-de-obra escravista nas colônias, nesse caso, o Brasil.

No decorrer dos três séculos seguintes, a imagem que se constrói acerca do negro no Brasil relaciona-se diretamente com a escravidão. O negro tratado como animal foi violentado, explorado, aprisionado e massacrado culturalmente. Nas sociedades escravistas, não se via nada além da utilidade servil do negro. A cor da pele servia como código moral e estético, que regulamentava e hierarquizava o valor dos indivíduos. E isso, caracterizava o negro como ser inferior e pior que quaisquer outros seres vivos.

Com a Abolição da Escravatura no Brasil, em 13 de maio de 1888, pouco contribuiu para melhorar a situação do negro na sociedade brasileira. O sistema do trabalho livre, incluso no capitalismo emergente, não deu vez ao ex-escravo negro. Desse modo, a escravidão

“permanecia”, porém, de outra forma, sob os grilhões do preconceito racial. Concomitantemente, a falta de política para integração destes indivíduos, fez estes, permanecerem sob a margem dos projetos de identidade nacional.

A partir da metade do século XX, o país “reconhece” a mestiçagem e a pluralidade étnica da sociedade brasileira. Mesmo assim, a população negra continuou sob as codificações que ainda tem significados convencionais ou ideológicos. Isto é, todo negro é pobre, jogador de futebol, dançarino ou doméstico.

Visto isso, nota-se a presença de um racismo camuflado no Brasil. Esse racismo dificulta ações eficazes de combate à discriminação, ao preconceito, contudo, não impede de lutar contra o mito imposto, na metade do século XX, de uma democracia racial no país.

Em meio a tantas situações de opressão, Dom José Maria Pires identificou as ações que explicitaram a exclusão, discriminação e a marginalização dos negros. Muitas destas ações pretenderam afastar a visão estereotipada que se tem do afro-brasileiro. É nessa direção que muitos intelectuais, africanistas e africanos², tentam através de suas produções e memórias, a afirmação da identidade nacional e a busca pelo reconhecimento da cultura afro-brasileira como parte integrante da cultura nacional.

A análise da documentação caracteriza a postura do Arcebispo da Paraíba frente aos problemas sociais, políticos e econômicos, os quais o país vivenciava, principalmente, nas décadas 1970 e 1980, anos os quais Dom José Maria Pires produziu mais escritos sobre o negro, haja vista o surgimento de mobilizações sociais a favor do negro, como o próprio Movimento Negro Unificado em 1978. Durante esse período, a América Latina, especificamente o Brasil, passava por um momento de intenso processo de redemocratização, pondo fim ao regime da ditadura militar.

Para o autor Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003), a pressão exterior do governo Carter, juntamente, com a imposição da economia mundial, o projeto de abertura do poder militar, condicionado por Geisel e Golbery, e o fortalecimento da oposição política com a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), favoreceram o início do longo jogo da abertura política. Contudo, esses não foram os únicos fatores que influenciaram nas duas décadas a transição do regime militar instaurado em 1964 para um Estado de Direito.

No campo econômico, apresentava a insatisfação do modelo econômico adotado na ditadura, mostrando-se incapazes de manter um processo de crescimento auto-sustentado. Concomitantemente, o Brasil sofria as conseqüências do milagre econômico, baseado na

² Intelectuais africanistas são pesquisadores que trabalham com a temática relacionada à África, e intelectuais africanos, são os que possuem nacionalidade africana.

repressão política, no arrocho salarial e na repressão sindical. Diante dessa situação, a falta de credibilidade alargou entre os militares.

Nesse período, o processo histórico de abertura política foi antecedido pelos ensaios de reconstitucionalização do regime esboçado pelos governos de Castelo Branco e Médici, mas logo descartada das administrações políticas. Posteriormente, durante o governo de Geisel, o cenário na esfera política do país constituía de duas frentes que dividiam o espaço da conjuntura nacional embarcados pela negociação política. Nesse panorama, estavam inseridos os generais, Geisel e os herdeiros castelista e, entre os opositores da situação, encontravam-se os políticos integrantes do MDB. Nesse modo, o autor esclarece o que fundamentava o projeto de abertura política:

O projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo – seu caráter lento –, de mais ao menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte – das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra da constitucionalidade (SILVA, 2003, p. 262-263).

No entanto, pode-se perceber que o processo de abertura política sempre esteve sob controle dos militares e, que não houve uma redemocratização do país, mas sim, a reconstitucionalização lenta, gradual e segura do regime. Com essa estratégia, o regime supôs “a subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e jamais revelados ao público” (SILVA, 2003, p. 264). Como também, vivenciou um período de extremo autoritarismo do poder frente à sociedade civil.

Após o governo de Geisel e Golbery, chega à presidência o general João Baptista Figueiredo. O seu mandato foi marcado pelo forte crescimento das mobilizações populares, nas ruas, universidades e igrejas, que desejavam a anistia dos presos políticos e o retorno dos exilados, enquanto não obtinham o fim da ditadura militar. Ao mesmo tempo, ocorria no Brasil o forte crescimento das lideranças sindicais, das greves e exigências de aumentos salariais frente à crise e instabilidade econômica financeira.

Diante da decadência da ditadura, cada vez mais o movimento popular crescia e tomava as ruas de importantes cidades brasileiras, mobilizando-se e exigindo as eleições diretas e o fim do regime militar. Nesse momento, “o regime militar não tinha nem recursos nem projetos para a crise do seu projeto de abertura, e recolhia-se, de forma acabrunhada, ao imobilismo, enquanto manifestações de massa ocupavam as ruas” (SILVA, 2003, p. 273).

Foi inserido nessa conjuntura nacional que o país organizou a transição final da ditadura para um regime democrático-representativo, num momento em que o governo fracassado perdia a iniciativa de administrar e, por letargia, os partidos de oposição e a mobilização popular ditavam o ritmo de abertura político. No entanto, é só no ano de 1985 que põe fim aos 21 anos de ditadura.

Em 1985, o Congresso elege Tancredo Neves como presidente da República. Porém, no mesmo ano, o vice José Sarney é quem assume a presidência por quatro anos. Pois, antes de tomar posse, Tancredo Neves foi submetido a várias cirurgias que culminaram em sua morte. Durante seu mandato foi promulgada a Constituição brasileira de 1988 e houve a primeira eleição presidencial direta do país desde a eleição de Jânio Quadros em 1960.

Seu sucessor na presidência da República foi Fernando Collor de Mello, o qual sofreu um *impeachment* após dois anos de mandato como presidente, renunciando o cargo da presidência. Consequentemente, seu vice Itamar Franco assumiu o mandato até 1994.

É dentro desse contexto histórico nacional, que a produção de Dom José Maria Pires também esteve à frente das mobilizações contra o regime ditatorial, buscando através dos discursos, dos artigos e entrevistas, a libertação do povo oprimido, discriminado e marginalizado pelo sistema vigente. Com isso, ele utilizou a Igreja, onde detinha um cargo de extrema importância na instituição católica, como meio para proferir e aplicar sua ideologia perante a sociedade marginalizada, e junto a ela, atuar diretamente nas comunidades que desproviavam de uma vida digna e sofriam com injustiças sociais diante do poder político da época.

2.1 - As questões étnico-raciais no Brasil do século XX

Durante o século XX, foram várias as mobilizações envolvendo as questões étnico-raciais no Brasil. Dentre as quais há destaque para a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches do Café, do início do século, antes chamada Companhia de Pretos, que era formada por trabalhadores, na maioria negros da zona portuária do Rio de Janeiro. Foi enfraquecida, devido às rivalidades internas entre os integrantes estrangeiros e os negros. Em 1910, com maior repercussão, ocorreu a Revolta da Chibata liderada pelo negro João Cândido, que teve como propósito o fim dos castigos corporais impostos pela Marinha brasileira.

Essas organizações surgiram junto à necessidade de sobrevivência frente aos fatores históricos perpassados pós sociedade escravista, estes fatores remetem ao desconhecimento

da nova forma trabalhista e das dificuldades de competir no mercado de trabalho, que fizeram com que muitos negros no período de transição da Monarquia à República, se incorporassem à massa dos marginalizados que viviam das várias formas de subemprego.

Já no início dos anos de 1930, ocorreu uma série de encontros públicos da comunidade afro-brasileira para discutir a criação de uma nova organização negra, explicitamente política. Surge assim, a Frente Negra Brasileira (FNB), que por seis anos atuou na formação da identidade negra no Estado de São Paulo, no Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, chegando a congregar cerca de 200 mil negros.

No início, a FNB concentrou suas ações em uma variedade de programas destinados a melhorar a situação da população negra. Utilizando os jornais, *A Voz da Raça* e o *Clarim da Alvorada*, como órgãos de divulgação das idéias referentes à FNB que tinha como princípio acabar com o preconceito racial. Esses programas e a mensagem geral da Frente de ascensão moral e progresso material da raça negra atraíram uma quantidade substancial de membros. Em 1936, a FNB se registrou como instituição parlamentar, contudo, ao se transformar em partido político, a Frente perdeu sua unidade interna, e também perdeu forças na luta por reivindicações próprias da Comunidade Negra da época.

Porém, este partido teve vida curta. Pois, em 1937 todos os partidos foram proibidos pelo Golpe Militar realizado por Getúlio Vargas. Nesse ano, foram repreendidas todas as instituições que tinha caráter popular.

Segundo Baptista (2002), na década de 1930, o movimento preocupava-se na integração do negro, na melhoria das condições de vida através da escolarização e na luta contra a segregação e discriminação racial presentes no cotidiano das grandes cidades. Nessa época não tinha lideranças intelectuais dispostas a pensar a questão do movimento e o contexto das relações raciais no Brasil com perspectiva própria.

Apesar do fechamento da FNB e com a queda do Estado Novo, no período de 1945-70, surgiram outras entidades negras de cunho social e político no Brasil. O Teatro Experimental do Negro (TEN) e o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (CDAB), ambos criados no Rio de Janeiro, foram as mais importantes entidades criadas nessa época. Porém, apenas o TEN sobreviveu por mais tempo. Pois o CDAB, fundado em 1945, não teve nenhuma de suas propostas aprovadas pelos Constituintes. Com essa derrota, muito dos antigos aliados não permaneceram na luta contra o racismo, outros dispersaram e o CDAB com pouco tempo se autodissolveu.

Já o TEN, fundado em 1944 e tendo como um dos idealizadores Abdias do Nascimento, tinha como pretensão organizar uma ação que tivesse significado cultural, artístico e social, no entanto, acabou também sendo um centro de luta contra o racismo, chegando ao fim na década de 1950.

Com o golpe militar de 1964, ocorre a desestruturação dos movimentos sociais brasileiros, devido à forte repressão instaurada nas lideranças dos grupos étnicos e sociais. Contudo, no início da década de 1970, houve a retomada das mobilizações negras relacionadas à questão étnico-racial. Esse período marcou o grande impulso do movimento negro no Brasil, existindo uma forte discussão em torno da denúncia das desigualdades raciais na sociedade brasileira, com características influenciadas pelo negro norte-americano e de problemáticas como a questão da identidade negra. Além disso, havia a atenção dos jovens universitários pelos acontecimentos das guerras de libertação dos povos africanos de língua portuguesa, que despertavam forte interesse no combate pela submissão do povo negro diante do imperialismo capitalista do século XX.

No início da década de 1970 vários grupos das entidades negras retomaram suas atividades. Como foi o caso do teatro negro pelo Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) em São Paulo, o alerta do Grupo Palmares para a mudança das comemorações do dia 13 de maio para o dia 20 de novembro, e o movimento Black Rio, no Rio de Janeiro. E outras entidades como o Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), também aparecem no cenário político da década de 1970.

No mesmo período, a Paraíba também vivenciava essa conjuntura política de mobilização social da população negra para o agrupamento de pessoas interessadas em combater as injustiças sociais presentes no Estado.

Em 1976, através dos contatos tidos entre as entidades negras do Rio de Janeiro e de São Paulo, deram início a formação do Movimento Negro de caráter nacional. Assim, lançaram as bases do Movimento Negro Unificado (MNU), anteriormente, chamando de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

A efervescência política do final da década de 1970 e início de 1980 provocou as mobilizações silenciadas pela ditadura para retomarem o cenário político do Brasil. Estas por sua vez, organizadas pelos movimentos de massa, combatiam as torturas e prisões arbitrárias realizadas pelo regime, lutavam pelos direitos trabalhistas através das greves, por melhores salários e melhores condições de vida, e no caso do Movimento Negro, mobilizaram e organizaram a população negra para lutarem contra o preconceito racial.

No ano de 1978, as entidades que vinham fazendo trabalho com a população negra, decidiram fundar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, que dias depois passou a ser chamado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Essa organização tinha como fundamento o problema racial presente no cotidiano dos negros brasileiros, juntamente com a violência policial e o desemprego, que acentuavam a marginalização dessa população.

O MNUCDR se organizou em vários estados brasileiros, principalmente nas capitais, solidificando com a Carta de Princípios, um Programa de Ação, Estatuto, Regimento Interno e se caracterizando como um movimento autônomo e independente. Durante vários encontros, congressos e atos públicos, o movimento ampliou e aprofundou o programa de ação, que resolveu simplificar o nome “Contra a Discriminação Racial”, por uma palavra, Negro. Ou seja, o MNU tem como princípio o combate ao mito da democracia racial, ao racismo camuflado em todos os aspectos políticos, econômicos e culturais do Brasil, a luta pela liberdade de manifestação cultural e religiosa dos afro-brasileiros e contra a exploração econômica.

Os motivos decisivos para criação do movimento foram a reação contra a discriminação do Clube Tietê de São Paulo a quatro negros atletas e, também, à morte de Robson Silveira da Luz, negro operário. O primeiro ato público foi para protestar contra esses atos de violência e para lançar a primeira carta aberta à população brasileira, que tinha como um dos princípios:

NOS SOLIDARIZAMOS:

- a) com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais;
- b) com a luta internacional contra o racismo. (MNU, 1988, p.19)

Desse modo, nota-se a reivindicação do movimento pelos direitos dos cidadãos brasileiros, exigindo os deveres dos governantes perante os setores populares.

O MNU também acredita que a permanência do sistema capitalista privilegiar uma camada altamente exploradora e mantenedora de desigualdades, dificulta e não ajuda a solucionar os problemas da maioria da população. Sem esquecer que também aumenta os empecilhos das reivindicações do MNU.

A década de 1970 teve um papel importante na história do movimento, não só por ser o momento em que a luta contra o racismo e a marginalização do negro se efetiva numa crítica radical às relações raciais no Brasil, mas também porque o fim da crença do mito da

democracia racial vai exigir a construção da identidade negra, situando-a na esfera do poder, da cultura nacional e numa nova maneira de pensar a História.

A maior valorização da cultura e identidade negra é enfatizar a afirmação da negritude no Brasil, que acredita no entrelaçamento das culturas indígena, negra e européia, porém, na realidade, isso recai na predominância hegemônica da última cultura. Ou seja, esse fator, nas sociedades pluriétnicas, tende a existir a tentativa da cultura hegemônica folclorizar as heranças culturais dos grupos étnicos dominados. E essa crença de país democraticamente racial, dificulta a afirmação da identidade étnica entre a população negra. Para a autora, essa dificuldade se encontra,

Primeiro porque as práticas culturais negras estão extremamente difundidas entre a população brasileira, o que favorece ainda mais a percepção da lógica assimilacionista da identidade nacional; segundo porque existe uma imagem depreciativa das características fenotípicas negras. Daí a importância das instituições culturais do movimento negro como os blocos afros, nos quais ocorrerá a valorização de uma estética negra através das vestimentas, música, dança etc., construindo uma auto-estima que fortalece a identidade individual e se associa à identidade do grupo étnico (BAPTISTA, 2002, p.40).

No entanto, Baptista (2002) ressalva que a valorização da cultura africana através das manifestações culturais é um ponto que suscita várias discordâncias dentro do movimento, pois, acreditam que essas manifestações não são formas suficientes para conscientização política do grupo. É isso, entre tantas outras, uma das dificuldades enfrentadas pelos grupos étnicos afro-brasileiros para mostrarem eficácia na construção da conscientização política. Contudo para os militantes do Movimento,

a militância é um espaço em que a vergonha de ser negro transforma-se em orgulho, em que o indivíduo desenvolve uma identidade articulada em torno de qualidades positivas e passa a ter nova história, além de intensificar a luta, que já vinha desenvolvendo desde o início da escravidão, por sua afirmação, agora com companheiros articulados em âmbito mundial, na área governamental, na não governamental e na academia (FARIAS, 2004, p. 93).

Na década de 1980, as mobilizações do MNU intensificaram suas ações políticas atuando em diversos setores da sociedade brasileira. Voltaram-se para o problema do menor abandonado, na educação incentivaram o ensino obrigatório da História da África e da cultura afro-brasileira, lutaram pelo combate da discriminação da mulher negra, uniram-se na reconstrução da imprensa negra, contribuíram para reorganização dos sindicatos dos trabalhadores urbanos e incentivaram a luta pela reforma agrária. Além de permanecerem com seus princípios fundamentais das reivindicações contra o racismo, também foi alvo de

reivindicações o grande desemprego dos grupos marginalizados, principalmente, o negro, a liberdade para manifestações da cultura afro-brasileira e o direito por melhores condições de vida.

Dentro dessa perspectiva, o movimento repercutiu para outros estados brasileiros. Na Paraíba, o Movimento Negro de João Pessoa (MNJP) surge em 1979 a partir da iniciativa de dois militantes, Gilvandro de Carvalho e Gilvanete de Carvalho, depois de participarem de um evento em Recife que tinha fundamentos na criação do MNU nessa cidade.

Com muitas dificuldades, o MNJP foi sendo estruturado com objetivo de levar essas reivindicações para outras cidades da Paraíba. Durante cinco anos da década de 1980, os militantes se reuniram no espaço acadêmico da Universidade Federal da Paraíba, e em 1985 foram transferidos para a Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba. Em 1990, o MNJP foi dissolvido e muitos dos militantes formados pelo movimento precisaram de uma base ou referência aglutinadora representada pelo MNJP.

No ano seguinte, tentaram criar uma “entidade-mãe” que reunisse os grupos que ficaram dispersos após a dissolução do MNJP. Contudo, em 1996 essa proposta foi extinta e o movimento passou a abranger outras áreas da Paraíba recebendo a denominação de Movimento Negro da Paraíba (MNPB), tendo a sede localizada em João Pessoa. Sendo apenas no final da década de 1990, criado o estatuto do MNPB com base nas reivindicações nacionais do MNU.

A partir da iniciativa do MNPB, outras regiões do Estado também formaram organizações em várias instituições para debaterem e atuarem em diversos aspectos socioculturais que houvesse a participação da população negra. Dentre as cidades paraibanas que apresentaram e ainda apresentam maior mobilização de caráter político reivindicatório se destacam Sousa, Campina Grande, Catolé do Rocha e João Pessoa.

É dentro dessa problematização cultural inserida na conjuntura política e social do Brasil, que as entidades negras e a Igreja Popular juntamente com o Movimento Negro Unificado, introduzem o diálogo e a problemática da inserção do negro na sociedade como agente transformador e responsável pela formação da História do Brasil.

Nesse contexto histórico que o Brasil vivenciou durante essas três décadas, Dom José Maria Pires produziu documentos mostrando um pouco dessa conjuntura política, social e cultural onde os brasileiros, principalmente, os afro-brasileiros estiveram inseridos. Entretanto, durante este trabalho pretendemos destacar as questões étnico-raciais presentes nos escritos deste ex- Arcebispo da Paraíba.

3. DOM JOSÉ MARIA PIRES E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A instituição católica sobreviveu e sobrevive até hoje, devido há várias mudanças internas e externas adaptadas às conjunturas políticas e sociais da época. É nesse sentido, que a Igreja utiliza formas de estratégias que delineiam as transformações, não só no catolicismo, como também, na sociedade.

Nos três primeiros séculos da colonização do Brasil, o catolicismo estava ligado ao plano português de formação de uma única unidade. Com o advento da República, a instituição eclesiástica separa-se do Estado e, na metade do século XX, a Igreja popular surge com nova ideologia teológica. Isso mostra o quanto à religião católica sofre adaptações ou mudanças para situar-se na conjuntura nacional (DIAS, 2008; FERREIRA, 1994).

Dentre essas mudanças ocorridas, a Teologia da Libertação marca a história do catolicismo brasileiro no final da década de 1950 e início dos anos 60, possibilitando o diálogo entre a religião e a sociedade com diversos pontos de convergência. Isso diferencia ao que aconteceu no início da Primeira República, onde o processo de romanização da Igreja católica voltou mais para organização interna da instituição, do que das ações políticas, econômicas e sociais ligadas à classe marginalizada do Brasil.

Contudo, o presente tópico aborda o processo de formação dessa nova teologia dialogando com a conjuntura social e política do Brasil. Para isso, é necessário explorar como se deu a construção da nova ideologia, formada pelo catolicismo popular e sua práxis, como também, o que levou a instituição ter conquistado vários adeptos da Teologia da Libertação, principalmente, Dom José Maria Pires, o Arcebispo da Paraíba, durante os anos de maior efervescência política e cultural no Brasil.

No entanto, para melhor compreender a reforma eclesiástica do fim da década de 1950, retornaremos ao final do século XIX, para evidenciar o processo que distanciou a Igreja do campo social e político, e o que levou a reaproximação da instituição eclesiástica com o povo.

3.1 - Nova forma de ser Igreja.

No final do século XIX, o cenário político brasileiro era definido pela transição da Monarquia para República. Segundo Roberto Dias (2008), a maioria da hierarquia da Igreja católica era apática à Proclamação da República. Isso, causado pela relação interna da Igreja no seu processo de romanização, que incentivou a um estilo de vida menos secularizado, a

posição liberal positivista dos republicanos, que no caso do Brasil, provocou mudanças econômicas, reorganização da sociedade e, por último, a participação dos maçons no movimento a favor do fim da Monarquia mostrando-se anticlericais.

Durante o processo de mudança no regime político brasileiro, “a Igreja sentia-se ameaçada com uma separação total do Estado e incomodada com a possibilidade de laicização oficial do governo, colocando fim aos direitos e privilégios que a condição de conúbio com o Estado lhe proporcionara” (DIAS, 2008, p. 61-62). No entanto, a Igreja ainda manteve relações de união e cooperação com Estado, procurando conservar-se no poder político para combater os ideais comunistas e o liberalismo, além de assegurar a ordem da nação brasileira. Porém, também acreditava ficar “sufocada”, devido à existência das limitações provocada pela relação entre Estado Monárquico e a Igreja. Mesmo assim, a separação entre Igreja e o Estado, no fim da Monarquia, acarretou a insegurança da instituição religiosa no novo regime.

De acordo com Dias (2008), os anos seguintes aos da Velha República até 1930, quando a Igreja nos seus documentos apazigua sua visão em relação ao regime político e começa a entrar em crise, devido às freqüentes manifestações religiosas do povo, o catolicismo romanizado passa a travar fortes lutas com o Estado laico. Visto que, a instituição religiosa visava o fortalecimento e, a reestruturação frente às ameaças políticas e a perda de influência no campo social para a laicização do Estado.

Para não haver a perda nesses campos de atuação do catolicismo, a Igreja firmou o processo de romanização, aplicando estratégias organizacionais de caráter mais interno e doutrinário. Com essa atitude, reforçou a hierarquia católica: papa, bispo e clero, e aumentou as estratégias com aspecto público, como foi o caso das ações pastorais que tiveram o sentido de atingir os leigos da classe média. Não considerando assim, a pluralidade social. Desse modo, seguem-se todos os preceitos do catolicismo europeu, de uma Igreja conservadora e desenvolvimentista, com princípios doutrinários e morais para o clero e os fiéis. Diferenciando-se da Europa a partir do contexto nacional, em que a instituição eclesiástica brasileira era amarrada aos grupos oligárquicos conservadores e aos proprietários rurais. Como destacam os autores sobre o início do século passado.

Na primeira metade do século XX, diversos fatores externos e internos influenciaram a economia e a política brasileiras. A luta contra as idéias esquerdistas, a repressão ao movimento dos trabalhadores, o processo de modernização e industrialização do país foram sendo moldados pelas aspirações oligárquicas (DELGADO; PASSOS, 2003, p.99).

No entanto, o embate dessas forças contrárias ao Estado provocava desordem social, permitindo, mais uma vez, a união entre a Igreja e o governo a favor da ordem e da segurança da

nação. Com isso, no período entre 1922 e 1930, intensificaram a busca pela época harmoniosa de paz, união e ordem, e deixaram no esquecimento as principais questões do âmbito social.

Conforme esse cenário político nacional, a barreira existente entre povo, Estado e Igreja fez o jogo de representações formado pelo poder político e religioso, estabelecendo limites e divisões no diálogo com a camada popular.

Em 1935, surge a oficialidade da Ação Católica Brasileira, canal ligado à hierarquia da Igreja voltada para sociedade no campo político, social e cultural, no intuito de reintroduzir os valores cristãos. Seguindo esse pressuposto, foram criados vários grupos de atuação, como a “Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC) para os estudantes secundaristas, Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC)” (DELGADO; PASSOS, 2003, p.101). Desse modo, a Ação Católica atuando em diversos setores, tenta reinserir a população mais acalorada.

Contrapondo e rompendo com a forma teológica adotada pela maioria dos religiosos da Primeira República, surge na década de 1950, sob influência de teólogos europeus, uma nova ideologia da fé, voltada para sociedade oprimida que estava marginalizada pela política socioeconômica presente nos países latino-americanos. Essa nova maneira de praticar a teologia, posteriormente, foi chamada de Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação surgiu como outro meio de libertar a sociedade marginalizada diante das conjunturas política e econômica existente nos países latino-americanos. E, em especial, o Brasil, o qual esse trabalho está focalizado.

Para melhor entendimento, é importante destacar a conjuntura em que a instituição eclesial estava inserida. Pois, é sabido que as alterações ocorridas na Igreja católica brasileira, em sua maioria, vão de acordo com adequações a conjuntura nacional. Não obstante, também é preciso dialogar com acontecimentos internacionais que envolvem o espaço religioso.

Nos anos de 1950, houve maior presença da Ação Católica na esfera social, provocando sinais de mudanças no catolicismo que se construía na nova visão de Igreja. Certamente, o panorama sociopolítico do Brasil também passava por modificações. Como, por exemplo, as questões trabalhistas do governo de Getúlio Vargas entre 1950 a 1954, e também, outros fatores políticos e econômicos que acarretaram o novo olhar na religião católica.

Para Delgado e Passos (2003), a evolução da Igreja católica em face aos direitos sociais se deu gradualmente e muito lenta. O passo de mudança foi a Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro em 1950, a qual tratou das questões sociais ligadas à classe operária e,

às associações católicas. No mesmo ano, a Semana Ruralista, promovida pelo bispo diocesano Dom Inocêncio Engelk, marcou a participação do catolicismo nas lutas pela melhoria dos homens do campo.

Outros acontecimentos expressivos ocorreram nos anos seguintes. Em 1952, sob organização da Ação Católica, aconteceu a reunião dos bispos na Amazônia para debater a questão sanitária da região. E, ainda em 1952, o catolicismo brasileiro cria a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), alargando o contato entre o episcopado e as dioceses nas coordenações de diversas atividades. Anos seguintes, em 1955, foi estabelecido a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), que tinham como função principal, “o objetivo de promover a organização, atuação e atualização das diversas ordens e congregações religiosas” (DELGADO; PASSOS, 2003, p. 107). Tanto a CNBB quanto a CRB, tinham suas especificidades e se complementavam para melhor mobilização do catolicismo. Também, no mesmo ano, a fundação da Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), serviu como veículo para articulação dos teólogos militantes. Essas organizações desempenhavam papéis fundamentais na articulação da sociedade civil, buscando a defesa dos direitos humanos, a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores.

No ano seguinte, ocorreu na cidade de Campina Grande, o I Encontro dos Bispos do Nordeste. O evento priorizou a discussão da temática sobre o desenvolvimento dessa região, e elaborou projetos para melhoria de vida da população pobre. Em 1959, já no segundo encontro, os bispos avaliaram as propostas encaminhadas anteriormente, e juntamente com o governo, criaram a Operação Nordeste (Openo), que teve como braço direito, o impulsionamento da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com relação ao surgimento da SUDENE, Dom José Maria Pires, em entrevista concedida ao jornal *O Norte e Folha de São Paulo*, expõe sobre a contribuição desse órgão para população do Nordeste no final da década de 1970.

Sem dúvida, a Sudene foi criada para orientar o desenvolvimento do Nordeste e ela teve os seus objetivos bem delineados, talvez nos primeiros anos. Eu acredito que, pelo menos, até o tempo em que foi superintendente da Sudene o general Euler Bentes, a Sudene ainda teve boas condições de trabalho. Posteriormente, a Sudene foi perdendo conteúdo. Foi rebaixada. Sem autonomia. Além de rebaixada, ela foi esvaziada (PIRES, 1978, p. 191-192).

Apesar da iniciativa da criação da SUDENE ter sido, também, por Dom Hélder Câmara, para Dom José Maria Pires, a Sudene deixou a desejar em muitos aspectos

relacionados à política de abastecimento a população do Nordeste, pois, os recursos reverteram-se para outros setores menos necessitados.

Paulatinamente, a Igreja afastava-se do mundo das teorias conservadoras e tradicionais, e aproximava-se do viés prático, sob engajamento de alcançar soluções para melhoria da sociedade, tanto na política, no cultural, e no campo artístico. Utilizaram de meios práticos, como jornais, boletins, revistas, e grupos de estudos para formação de líderes, com perspectiva de aumentar a preparação da população para realização dessas ações. É importante destacar a pessoa de Dom Hélder Câmara, como bispo militante da causa social originada dentro da CNBB e um dos responsáveis por essas formações.

Em seguida, o Brasil passa por um período de forte pluralidade histórica e cultural. O cenário histórico brasileiro, no fim dos anos de 1960, é marcado pelo autoritarismo e o desrespeito aos direitos humanos. Como, também, foi um período de maior aproximação do catolicismo brasileiro com a efervescência política e mobilizações populares da época. Visto que, a Igreja católica no Brasil passava por mudanças internas e externas, no sentido de proporcionar maior diálogo com as camadas populares e grupos políticos, com objetivo de propor transformações no campo social.

Os anos que antecederam a ditadura militar foram carimbados pela forte presença das mobilizações populares, a favor, ou não, do governo de João Goulart, e de mudanças significativas na política econômica e social do Brasil. Eram forças bem organizadas e de ideologias diferentes. De um lado, os que lutavam pela implantação do socialismo popular, através de uma ampla reforma econômica e social no Brasil, e, do lado oposto, buscavam estabelecer uma economia conservadora, modernizante e internacionalista, além da permanência da estrutura agrária existente no país dessa época.

O primeiro grupo era composto por estudantes, pelas ligas camponesas, as frentes populares reformistas, os socialistas, os sindicatos, os militares comunistas, os comunistas, leigos dos movimentos católicos progressistas e, o clero. Já no segundo, a presença era dos militares ligados à Escola Superior de Guerra, grandes proprietários rurais, parlamentares da direita, principalmente da União Democrática Nacional (UDN), setores do empresariado nacional e investidores internacionais, parte da classe média e conservadores da Igreja Católica. Essa divisão, dentro da Igreja, mostra as contradições presente na instituição eclesiástica.

A intensa e ampla atuação dos movimentos populares na sociedade estava ganhando espaço na conjuntura social do país. Visto isso, o grupo conservador sentiu-se ameaçado pela efervescência dessas mobilizações. O momento era de confronto, entre ideologias altamente

contrapostas, e sem possibilidades de acordos entre essas duas forças. Desse modo, o cenário político brasileiro se inseriu num contexto mais amplo, sofrendo interferências internacionais, não só na política, mas, também, na economia.

Para conter a amplitude dos movimentos populares, que estavam ganhando abrangência internacional, os Estados Unidos da América intensificaram suas forças no Brasil e aumentaram o controle das forças populares. Com objetivo de reprimir as mobilizações de caráter ou influências comunistas, que as distanciavam da política capitalista norte-americana. Essas intervenções ocorreram, também, em outros países da América Latina.

A crise do capitalismo solapava a América Latina e repercutia de maneira trágica na sociedade. Foi a época em que a camada popular uniu em luta de um bem comum, os direitos humanos e sociais para todos. Na Igreja, aos poucos, se viam as mudanças históricas provocarem aproximação do catolicismo com as problemáticas sociais, tanto no espaço regional quanto no nacional e no latino-americano.

A década de 1960 foi um período bastante complicado. Foram anos caracterizados pela aparição de várias ideologias contrárias ou, a favor, do regime ditatorial. Assinalados como anos de lutas por uma sociedade mais igualitária e libertadora das opressões do regime militar pós-64. Afirmando essa idéia, os autores, também, destacaram essa década como anos de decisões e embates políticos, frente ao pensamento de transformações sociais,

Prova de uma oposição em jogo, incluindo intelectuais, políticos, estudantes, trabalhadores, socialistas de diferentes matizes, militantes católicos. A efervescência política desse período histórico está cadenciada por momentos de decisão, crise e confronto (DELGADO; PASSOS, 2003, p.96).

Dentro dessa conjuntura nacional, o catolicismo, progressivamente, apresenta novas projeções no modo de ser Igreja, alterando, mais uma vez, os horizontes da práxis católica. Desse modo, o movimento do catolicismo brasileiro buscou solucionar ou amenizar os problemas da realidade social, atuando com maior engajamento na luta pelos direitos humanos e sociais. Contudo, é importante frisar, que essa transformação na instituição eclesial não situou em toda Igreja, mas apenas, em alguns grupos de leigos, padres e bispos que aderiram à nova forma do catolicismo, chamados de progressistas.

O pensamento do novo catolicismo era intensificar as reflexões e críticas sob a religião e a política vigente, as quais tivessem maior orientação e adaptação às ações sociais. A partir disso, foi criado, o Movimento por um Mundo Melhor na Itália. Este foi adaptado pelo padre José Marins como meio para renovação católica que se instaurava. Foram, também,

criados sob orientação da CNBB, o Instituto Nacional de Pastoral (INP), o Centro de Formação Intercultural (Cenfi), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades) e, o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), para atender a formação dos religiosos e agentes pastorais focalizados na realidade social e econômica do país.

Com eleição do papa João XXIII houve maiores contribuições para o encaminhamento da nova teologia que estava se formando. Decisões tomadas, entre 1962-1965, no Concílio do Vaticano II, colaboraram com os novos rumos do catolicismo latino-americano e brasileiro. Pois, trouxe o diálogo e a compreensão da Igreja com as camadas populares. No entanto, o Concílio provocou várias discordâncias na hierarquia eclesiástica, já, que, a instituição estava dividida por vários grupos com concepções diferentes e com dificuldades em aceitar o novo projeto. Portanto, não foi tão fácil implantar uma linguagem histórico-social dentro da Igreja. Mas, com a renovação católica vinda do papa, tornou mais simples a expansão dos objetivos ligados à conjuntura real da sociedade latino-americana. Para isso, nos anos seguintes, foram realizados cursos, conferências e seminários voltados para a renovação pastoral e litúrgica da mentalidade religiosa.

No ano de 1968, aconteceu a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia. O primeiro ocorreu no Rio de Janeiro, em 1959, onde foram priorizadas as questões internas da Igreja. Já, na segunda conferência, abordou os problemas sociais existentes na América Latina, no sentido de discutir o conteúdo do cristianismo a partir das exigências da libertação social, que antecipa e mediatiza a definitiva libertação do Reino. Ou seja, a fé cristã juntamente ao anseio de solucionar a realidade histórica, resultaria numa sociedade mais justa.

A conferência em Medellín foi o divisor entre a Igreja popular, voltada para os excluídos do sistema econômico e social da época e, a Igreja tradicional, guiada pelas doutrinas ortodoxas e conservadoras. Foi, dentro dessa conjuntura e perspectiva, que se encontrava a raiz da Teologia da Libertação.

Assim, pode perceber a renovação da Igreja construída de dentro pra fora, quando passaram a preocupar-se mais com a problemática social dos países subdesenvolvidos, principalmente, os pertencentes à América Latina. O surgimento da nova teologia teve maior ênfase na aproximação das questões dos marginalizados, trabalhadores rurais e urbanos, como também, as questões étnico-raciais. Esses foram os sujeitos receptores do processo social, realizado pela Igreja, onde encontraram na instituição eclesiástica um novo interlocutor de luta contra as injustiças sociais. Houve, também, maior presença de militantes católicos nas mobilizações populares contra o regime ditatorial, principalmente, depois da instauração do

Ato Institucional nº 5, onde parte da Igreja e o Estado entraram em confronto. Dentro desse contexto político, o catolicismo denunciou a falta de liberdade de imprensa, o autoritarismo absoluto do poder e a ausência dos direitos humanos e sociais.

Nesse período, a Igreja atuou na melhoria de vida dos trabalhadores do campo, participou de congressos abordando questões agrárias na zona rural do Norte e Nordeste, e incentivou a formação de associações de trabalhadores agrícolas, sindicatos rurais e Serviço de Assistência Rural (SAR). Como exemplo disso, houve a participação dos membros do catolicismo progressista no movimento popular das Ligas Camponesas, onde se uniram para lutar contra os grandes proprietários de terras que não davam os devidos direitos a esses trabalhadores e, também, tinham o desejo de afastar as forças comunistas da formação desses sindicatos.

Concomitantemente, foram diversos os movimentos populares onde havia participação da Igreja católica, seguida do pensamento elaborado entre a práxis da fé e a transformação social, juntamente, com abordagens de novos temas de caráter evangelizador com foco na política, no social, na economia e na cultura. Também, foi presente o aumento de padres, bispos, religiosos e católicos praticantes comprometidos com essa causa.

Já, na década de 1970, sob o viés de reflexão da realidade social, foram criadas várias pastorais populares lideradas por leigos que defendiam a mesma causa do catolicismo progressista. Eram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), estas de caráter religioso, social e político que congregavam grupos, mulheres, jovens, trabalhadores, voluntários e movimentos, no intuito, de promover o estudo bíblico com a realidade e aproximar-se das questões sociais do presente, para assim, mobilizar a população para solucionar os problemas básicos das comunidades de cada região. Foi, também, palco para os debates políticos e mobilizações contra as injustiças sociais.

A partir daí, a Teologia da Libertação se constituiu no momento do processo de tomada de consciência do povo latino-americano, da pobreza generalizada, da marginalidade e, do contexto histórico de dominação econômica e política aguçada na consciência coletiva.

No ano de 1979, houve a III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Puebla, no México. A conjuntura nesse momento era bem diversa da Conferência de Medellín. A situação política, social e econômica do continente agravara-se e, a oposição da Igreja às ditaduras havia atraído à repressão dos governos. Desse modo, o Conselho de Puebla refletiu sobre a realidade do continente sul-americano e decidiu as orientações pastorais para sua evangelização.

É, dentro dessa conjuntura política nacional, que se encontra a formação de Dom José Maria Pires como teólogo e adepto à Teologia da Libertação. Leonardo Boff, um dos teólogos criadores dessa teologia no Brasil, afirmou que,

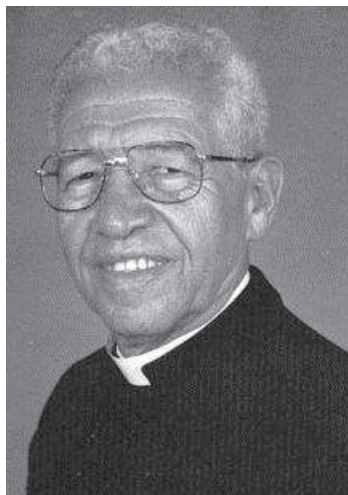
a libertação econômico-política não é somente econômico-política; em sua limitação processual constitui já a forma histórica como se manifesta no tempo a plena libertação. Possui portanto um conteúdo teológico que pode e deve ser almejado e promovido pela fé. Procurar que isto se verifique, eis a tarefa da teologia, procurando empenhar a todos os homens, os cristãos e a Igreja na denúncia e desmascaramentos das ideologias imperiais que promovem e sustentam a actual forma de sociedade, e por uma práxis conseqüente e libertadora conceber e gerar um novo homem e uma forma mais humana de sociedade (BOFF, 1980, p. 42).

Dom José Maria Pires, também, encontrou na fé católica os caminhos para libertação do povo oprimido. Para isso, utilizou a Igreja popular e sua formação como religioso, para atuar nas camadas populares como agente da transformação social.

3.2 - “Dom Zumbi” e a nova Teologia.

Ao trabalhar a figura de Dom José Maria Pires como agente negro da transformação social, podemos perceber a abrangência de relações, manifestações, indagações e respostas às questões políticas e sociais frente à conjuntura do Brasil nos anos da ditadura, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, e a atuação da Igreja popular sobre esses assuntos.

Dom José Maria Pires, nasceu no ano de 1919 em Córregos, Minas Gerais. Sua formação foi construída no meio de padres e bispos brancos. Sendo bispo de Araçuaí de 1957 a 1964, e a partir de 1965, período de forte repressão militar nacional, foi ordenado como Arcebispo Emérito da Paraíba até o ano de 1995. Durante os trinta anos como Arcebispo da Paraíba, foi forte a presença de Dom José Maria Pires na luta pela afirmação da liberdade, da conquista sobre elementos diversos para o povo oprimido e, a busca de solidariedade e fraternidade nas relações humanas no Estado da Paraíba. Ele, também, participou do Concílio do Vaticano II, onde teve início à colaboração para formação da Igreja popular, integrou a Delegação Brasileira da Celam, de Medellín e de Santo Domingo, e representou a CNBB na Conferência Mundial das Religiões para a Paz em 1989 em Melbourne na Austrália.



Dom José Maria Pires

Fonte: Acervo da Arquidiocese de Paraíba.

Dom José Maria Pires, devido à sua postura progressista, foi criticado dentro e fora da Igreja. Ele foi um Arcebispo diferente, e seu apostolado em João Pessoa esteve circundado de simbolismo. Negro, Dom José ficou conhecido como “Dom Pelé”, depois ganhou o apelido de “Dom Zumbi”, por lutar pelas questões raciais e, com isso, simbolizar o líder da revolta do Quilombo dos Palmares. Ao lado de Dom Hélder Câmara, lutou por uma Igreja participativa, defendendo índios, negros, trabalhadores do campo, pobres, e respeitando as culturas adversas à religião católica, como a cultura africana.

Em entrevista concedida ao pesquisador Mauro Passos, Dom José Maria Pires mostra o momento em que firmou sua posição contra a violação dos direitos humanos.

O período de conversão foi a minha ida para o Nordeste. Os fatos que provocaram essa conversão aconteceram quando eu, ainda, estava em Araçuaí (MG). Foram dois: a realização do Concílio Vaticano II, que deu outra visão de Igreja. O Vaticano II criou um clima de maior participação – participação e comunhão. O outro fato que provocou essa conversão, no momento em que entrei na realidade do Nordeste, foi exatamente o Golpe de 1964, que atingiu profundamente os direitos humanos! E, já em Araçuaí, eu comecei a reagir diante dessas violações dos direitos humanos: prisão de pessoas, prisão de suspeitos, torturas. A primeira impressão que eu tive foi muito, eu diria, chocante! Por que eu deixei o Nordeste de Minas e fui para o Nordeste do Brasil. No Nordeste de Minas, praticamente não havia nenhuma organização de povo, os fazendeiros faziam o que bem entendiam. Havia começado o sindicato dos trabalhadores rurais, só estava começando. Enquanto no Nordeste já havia uma experiência política bastante forte do povo, das Ligas Camponesas, que foram muito massacradas pelos representantes da ditadura, mas que estavam no coração do povo (PASSOS, 2001, p. 3).

Essa declaração assinala o contexto que Dom José Maria Pires esteve inserido na vinda para a Paraíba, explicitando a intolerância política vigente no regime militar. E, depois, pela efervescência das mobilizações no campo, pelas Ligas Camponesas, que aproximou o

bispo da realidade social do Nordeste brasileiro, em especial, a Paraíba, onde teve maior contato com a população desse Estado.

Sua chegada à Paraíba influenciou, de certa maneira, o novo olhar para os projetos da Igreja popular no Nordeste brasileiro. Seus escritos, pastorais e litúrgicos, dialogavam com a perspectiva de um mundo liberto da opressão política militar e repercutiam na sociedade como meio de luta necessário para a mudança desse governo. Desse modo, sua experiência de oposição foi relevante para o processo de conscientização política e de profetismo religioso.

Para Dom José Maria Pires, a luta pela causa dos marginalizados na sociedade, era questão de respeito ao próximo e reconhecimento de seus direitos. Isso, ele afirma no discurso pronunciado em Governador Valadares, Minas Gerais. “Sou um homem comprometido com a causa dos pobres. Meu compromisso não é nem de dar esmolas nem de aconselhar resignação aos pobres: é de lutar para que seus direitos sejam reconhecidos e respeitados. Para mim, defender os direitos humanos significa defender os direitos do pobre” (PIRES, 1978, p.155).

Através da aproximação com a realidade da sociedade paraibana, “Dom Zumbi” estabeleceu o compromisso com a conscientização política e a fé cristã. Foi nesse viés que a Arquidiocese da Paraíba, se colocou a serviço da sociedade, principalmente, aos mais pobres e aos que sofriam com injustiças sociais.

Dessa forma, através da pessoa de Dom José Maria Pires, pode-se perceber a concretização da Teologia da Libertação e a visão do cristianismo centralizada no serviço, na vida dedicada ao outro, no engajamento, e no diálogo com o processo histórico transformador.

3.3 - A Teologia da Libertação e a questão racial: a ação de Dom José Maria Pires

Como se pode perceber, a Teologia da Libertação foi formada no chamado, Terceiro Mundo. Essa construção da fé se deu, na medida, em que obstinavam a liberdade em relação à opressão da conjuntura social e política dos países da América Latina, no intuito, de combater à exploração da classe social menos favorecida e condenar a Dominação imperialista entre as nações. Para isso, ela partiu da ideologia de que a Igreja não estava sozinha e se incluía no processo de transformação do mundo, juntamente com movimentos sociais engajados na perspectiva de solucionar os problemas da sociedade.

Contudo, voltou o olhar para as situações do povo oprimido e marginalizado. Nesse meio, englobava os que sofriam injustiças sociais, como os trabalhadores rurais e urbanos e, também, os índios e os negros. Esses tiveram seus espaços tomados pela opressão do regime militar, rica em reprimir os sujeitos que lutassem contra as circunstâncias impostas pelo

ditador. Os homens do campo e da cidade lutaram pelos seus direitos como trabalhadores assalariados. Os índios, por suas terras roubadas. Já, os negros, buscavam por uma identidade nacional e o respeito pela sua cor.

É importante frisar, que a instituição eclesiástica sofreu várias mudanças internas e externas para atender as transformações das conjunturas históricas sucedidas no país. Frente a isso, o negro ou o afro-descendente estava às margens da ideologia católica até a formação da Teologia da Libertação. Com a romanização do catolicismo brasileiro, houve a contribuição para o esmagamento de culturas e religiões consideradas inferiores, principalmente, a cultura afro-brasileira, perseguida impiedosamente no século XIX. Isso mudou, lentamente, com a nova forma de ser Igreja, desencadeada na década de 1960, no intuito de conquistar espaços para reflexão da condição socioeconômica dos negros e, a participação da instituição eclesiástica enquanto agente que respeita a diversidade e valorizam a pluralidade cultural e étnica.

Não só com essa relação entre a Igreja popular e o povo oprimido que o negro brasileiro encontrou meios para lutar contra o racismo. Mas, também, a partir das crescentes mobilizações da década de 1960 que estiveram ligadas à construção de políticas referentes às questões específicas de cada grupo social. No caso do negro, a luta contra o racismo, deu início à formação da identidade nacional. Para Baptista (2002), foi com aumento das mobilizações de grupos específicos nos anos 60, que houve a concepção para mobilizar a sociedade sobre as questões raciais. No entanto, isso só veio se intensificar na década de 1970, sob a conjuntura nacional de repúdio ao autoritarismo e ao processo de reabertura política do país. “Os anos 70 vão marcar o momento em que vários segmentos minoritários da sociedade vão iniciar sua luta pelo reconhecimento das desigualdades sócio–econômicas e culturais, sobretudo no que diz respeito às populações afro-descendente e indígena” (BAPTISTA, 2002, p.32). Visto que esse discurso nasce com ideal democrático, onde as questões das desigualdades socioeconômicas estão entrelaçadas às desigualdades raciais.

Diante disso, o movimento contra o racismo encontra vários dilemas. Pois, na medida em que há dificuldades no engajamento da população afro-brasileira pela luta política, o processo histórico do cenário brasileiro esteve diluído pela ideologia do branqueamento e da identidade plural que muitas vezes ocultou e, ainda oculta, os conflitos e desigualdade social e racial da sociedade.

No fim da década de 1970 e início dos anos 80, um novo quadro político se formava no Brasil e, juntamente a isso, formavam-se organizações político-culturais entre a população afro-brasileira que tinham como objetivo, discutir as questões étnicas presentes no país. Ou

seja, apresentar o mito da democracia racial e estabelecer uma identidade nacional a população negra. Desse modo, conforme a autora:

a valorização da cultura negra, as estratégias que fizeram de Zumbi dos Palmares um herói digno de figurar entre os mais ilustres personagens da nação, a valorização do africanismo e do quilombismo, a denúncia e luta contra o racismo e a posição social desprivilegiada da maioria dos afro-descendentes, vão se constituir em estratégias de luta para uma releitura da história/memória nacional (BAPTISTA, 2002, p. 37).

Assim, no decorrer desse período, foram criadas várias instituições que debateram a questão do negro no Brasil. Os primeiros grupos de discussões se reuniam no Rio de Janeiro no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), onde houve participação de estudantes universitários, profissionais liberais e, alguns militantes, que procuravam estudar alternativas para combater o racismo no cenário nacional. Foi forte a presença de intelectuais atuantes nesses grupos, que serviram como agentes esclarecedores e afirmativos para a sociedade sobre os grupos de discussões da negritude.

O evento realizado no período das Semanas Afro-Brasileiras, entre 30 de maio e 23 de julho, junto a Sociedade de Estudo da Cultura Negra do Brasil (SECNEB) de Salvador, propôs a reuniu deles com a CEAA para aprofundar o nível de discussões políticas. Esse grupo transformou-se em 1974, na Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA). Posteriormente, houve divisões dentro do SINBA, devido ao confronto de idéias, onde uma parte defendia a formação de entidades políticas e, a outra, no maior engajamento de pesquisa, voltava-se para o estudo acadêmico das questões raciais. Essa divisão contribuiu para a formação da nova entidade, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) criada também em 1974. Já, em 1975, o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) foi desenvolvido dentro do meio universitário (BAPTISTA; 2002). Todas voltadas para uma política ideológica de mobilização da população negra a favor dos seus direitos e reconhecimentos como cidadãos brasileiros.

No entanto, a presença das discussões comuns entre essas instituições, parecem ser o que dão ênfase à concepção da cultura negra criada na década de 1970 e, a partir disso, pensar as questões que desafiam o movimento com princípio de um grupo racial coeso, de caráter étnico diferenciado e combativo no cenário político nacional.

Diante dessa conjuntura nacional, Dom José Maria Pires adepto à Teologia da Libertação, lutou pelo combate do racismo e das desigualdades raciais e socioeconômicas do Brasil. Como intelectual negro, atuou como agente de intervenções políticas e sociais voltadas para questões históricas que levaram à marginalização do negro. Assim, criou condições de

participação dos afro-brasileiros na dinâmica das relações humanas e contribui para os estudos de elementos africanos inseridos no Brasil Contemporâneo. Estes foram apenas um dos compromissos assumidos por ele no período de sua gestão na Paraíba.

A partir de pronunciamentos através de seus escritos, como as cartas pastorais, os artigos na imprensa, as Homilias e as entrevistas, ele pôde denunciar o preconceito racial também sofrido dentro e fora da Igreja.

Claro que fui vítima do preconceito. Entretanto não gosto de pensar muito nisso”, assegurou Dom José Maria Pires. “Desde a escola primária, quando fazia alguma coisa que pudesse merecer um castigo, sempre me recordavam que eu era negro, como se existisse uma associação entre a cor e a coisa mal feita. E foi assim durante toda a minha vida. Inclusive depois que me tornei bispo (PIRES; *Rádio Vaticano*, 2004).

Contudo, o negro independente do seu *status* na sociedade, ele é vítima da discriminação racial, pois diferente das outras formas de preconceito, a questão racial está presente na cor da pele, e isso, por sua vez, não tem como fugir ou esconder. Outra discórdia, presente no preconceito de cor, é o não entendimento do processo histórico e socioeconômico em que o negro brasileiro esteve inserido. Essa análise se torna crucial para leitura da realidade atual. Na fala do Arcebispo da Paraíba, é notável também, a ligação entre a cor preta e o mal ou coisa ruim. O que na verdade não tem fundamento nenhum, a não ser a tradição da cultura ocidental, onde a cor preta representa o luto.

De acordo com Dom José Maria Pires, sua afirmação da negritude veio na medida em que passou a si aceitar como negro, já que vivia em um mundo rodeado de brancos, crescido na ideologia do branqueamento e depois, do mito da democracia racial.

Só bem recentemente comecei a tomar consciência de minha negritude e a aceitar minha identidade de afro-brasileiro. (...) Não foi fácil à ideologia do “branqueamento” penetrar toda a minha vida e determinar minha formação sacerdotal: o que vinha dos negros, e que era feito por eles era de qualidade inferior (PIRES, 1981, p. 9).

Já, a participação na luta contra o racismo, tornou-se presente em sua vida quando passou a si libertar dos preconceitos sofridos e unir-se aos seus irmãos de cor para combater o preconceito racial. Sobre o preconceito racial existente no Brasil, e o negro sob a margem da sociedade brasileira, Dom José Maria Pires afirma que,

Nós não chegamos a um estado de racismo, como na América do Norte, mas no Brasil existe um verdadeiro preconceito de raça, isto é, o negro é considerado de modo geral como inferior, e a prova disto é que o negro no Brasil não teve condições

de se desenvolver, a não ser individualmente. Em grupo a raça negra ficou completamente marginalizada (PIRES, 1978, p. 182).

Desse modo, é importante perceber, que a conjuntura do país na década de 1960, influenciou a formação de uma teologia voltada para solucionar ou amenizar as questões sociais mais urgentes que solapavam o Brasil. Visto que, também, serviu como meio de mobilizações da sociedade em busca de direitos iguais a todos: negros, brancos, pobres, operários ou trabalhadores do campo.

Contudo, é fundamental perceber o desencadear da construção dessas identidades sociais significativas, principalmente, a negritude, que dentro de um espaço às vezes sufocante, e pouco reconhecido no Brasil, é esquecida pela população como agente participante da história desse país.

4. ESCRITOS DO BISPO NEGRO: AFRICANIDADE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Entre 1965 a 1995, Dom José Maria Pires produziu trinta e três escritos sobre a questão do negro no Brasil, período este, referente ao seu mandato como Arcebispo da Paraíba. Na análise dessa documentação é notável a ausência da palavra “negro” em seus documentos dos anos iniciais, apresentando de forma subentendida o lugar do negro nos primeiros anos da ditadura.

Já entre a década de 1978 a 1988 observa-se uma quantidade considerável de documentos produzidos, haja vista a conjuntura de redemocratização política e sócio-cultural no Brasil. Nesse período, Dom José Maria Pires afirmou sua negritude, surge um dos movimentos sociais mais organizados do país, abrange o centenário da abolição, a Igreja Popular volta o olhar para o povo oprimido e o Brasil vivencia o momento de retorno a democratização política. Posteriormente a 1988, os poucos documentos escritos apresentam de forma mais consistente os discursos sobre a questão étnico-racial e da consciência negra do arcebispo da Paraíba.

Nesse sentido, este ponto divide em subtópicos de acordo com os gêneros do documento escrito. Diferenciando apenas do último subtópico o qual refere-se a posição de Dom José Maria Pires sobre a construção da consciência negra.

4.1 – Entrevistas e debate

Nesse sentido, as entrevistas realizadas por vários jornais da época retrataram o pensamento católico de Dom José Maria Pires, e seus anseios para solucionar as questões sociais. Por meio dessa documentação, veremos suas peculiaridades frente à questão racial brasileira e a identidade da cultura africana no Brasil dos anos de abertura política.

As entrevistas foram feitas pelos jornais paraibanos, *Jornal O Momento* e *Jornal O Norte*. Como, também, para outros jornais fora do Estado, *Jornal Folhetim*, *Jornal Kosmos*, *Jornal O São Paulo* e *Jornal O Dia*. Fora os jornais, o bispo negro concedeu entrevista ao periódico *Anais*, revista católica. Foram sete entrevistas e um debate analisados durante o período estudado.

Em maio de 1977, o jornal paraibano semanal *O Momento*, publicou uma entrevista “O negro na Igreja” com Dom José Maria Pires tratando sobre a representação do negro na Igreja católica e, como o Arcebispo da Paraíba relacionava-se junto à comunidade. Como bispo, diz ele nunca ter sofrido preconceito racial dentro da Igreja por ser descendente de africanos. Mas, em contrapartida, foi vítima do racismo pelos seus fiéis, quando estes eram contrários a sua política voltada para a classe marginalizada, ou seja, o negro. Para ele, tais atitudes não passavam de situações pitorescas. O trecho a seguir aponta o melhor entendimento sobre essa questão:

Com os fiéis, é um pouco diferente. Quando se pode satisfazer a todos, não há problemas. Quando, porém, se tomam atitudes que desagradam ou contrariam interesses, já se sabe: ‘é o que se poderia esperar de um negro’. Para mim, mesmo alusões com a que saiu na coluna ‘Notícias Militares’ de ‘A União’ (25/12/76, pág. 4, 1º cad.) são sem importância: não ofendem, não deprimem, não irritam; são pitorescas (PIRES; *Jornal O Momento*, 1977).

Nessa mesma entrevista, Dom José Maria Pires, falou sobre a inclusão do negro na sociedade brasileira,

Nossa raça é que ainda sustenta o peso dos trabalhos para os quais se exige mais a força física do que o esforço mental. O negro tem poucas oportunidades de estudar e de desenvolver-se. (...) Isso sempre me causou uma certa mágoa: o negro só é valorizado quando se destaca. Como homem comum, vale sempre menos do que o branco de igual condição. Tem que se distinguir dos demais negros seja no esporte, na riqueza, na ciência, na política. Do contrário será simplesmente ‘um negro’ (PIRES; *Jornal O Momento*, 1977).

Ele destacou a importância das políticas públicas para educação da população marginalizada, como também, a igualdade perante os direitos como cidadãos brasileiros. Fatores, estes, fundamentais para inserção do negro na sociedade.

Com relação à Igreja, Dom José Maria Pires apontou a mudança ocorrida depois do Concílio do Vaticano II quando a instituição aproximou-se dos pobres e marginalizados. Isso levou forçosamente a interessar-se mais pelos homens de cor e pela sua cultura. Ele complementou destacando que a religiosidade africana como expressões de culto falam mais à sensibilidade do povo do que a solenidade austera da liturgia romana.

No jornal paraibano *O Norte*, publicado no livro *Do centro para margem* a entrevista concedida ao jornalista Severino Ramos em 1978. Dom José Maria Pires falou sobre a marginalização dos negros perante a sociedade brasileira, sobre o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, o caso do conflito da terra de Alagamar, a relação Igreja-Estado, a criação da SUDENE, a juventude e a carência de vocações sacerdotais. Nessa matéria, o bispo ressaltou a presença da inserção individual do negro na sociedade que vai ao desencontro da demanda populacional, já que um país com grande contingente de negros, a população afro-brasileira no campo político e social é quase irrelevante. E explicou ser devido ao processo histórico da escravidão negra no Brasil o motivo da marginalização do negro.

Em dezembro de 1979, na entrevista concedida ao *Jornal Folhetim*, suplemento da *Folha de São Paulo*, o Arcebispo da Paraíba expôs questões sobre o racismo no Brasil comparando-o ao racismo dos Estados Unidos,

O racismo é uma coisa muito forte, embora camuflada. A meu ver, em certos aspectos, o racismo no Brasil é mais forte que nos Estados Unidos. Nos EUA é uma coisa declarada enquanto aqui, sob a alegação de que se quer a integração das raças, o negro fica sempre marginalizado. Nos Estados Unidos o negro conserva a sua identidade e no Brasil ele a perde. Inclusive o negro, aqui, não quer ser negro. Ele tem vergonha da sua cor, da sua condição (PIRES; *Jornal Folhetim*, 1977).

Complementou ressaltando que os negros que conseguiram sair da marginalização foram aceitos, de certa forma, como se não fossem negros.

Jornal Kosmos, jornal missionário de São Paulo, debateu na entrevista com Dom José Maria Pires em 1980 questões relacionadas ao encontro de Puebla, os conflitos de terra na Paraíba, o negro na sociedade e as Comunidades Eclesiais de Base. No decorrer da matéria, o Arcebispo destacou a importância da presença da Igreja em ações missionárias, como foi o caso da criação da pastoral do negro. Também lamentou a modificação do texto de Puebla sobre a pastoral do negro quando deixou essa ação em segundo plano.

Em 1988, a Igreja Católica lançou a Campanha da Fraternidade com o tema, *Fraternidade e o Negro*. Em virtude dessa movimentação na instituição, foram publicadas na

época, duas entrevistas com Dom José Maria Pires, o mais antigo bispo negro do Brasil e o principal membro da Igreja que levou essa causa à instituição eclesiástica.

As entrevistas foram realizadas pelo jornal *O São Paulo* que debateu junto com Dom José Maria Pires assuntos relacionados à Campanha da Fraternidade, a escravidão negra e o preconceito racial na sociedade e na Igreja católica. E pelo jornal *O Dia* que apresentou a concepção de Dom José Maria Pires sobre a abolição da escravatura no Brasil, a lei aprovada pela constituinte sobre o racismo, o preconceito racial no Nordeste e na África do Sul.

Na primeira reportagem intitulada “Campanha da Fraternidade ouve a voz do bispo negro”, ressaltou a questão do preconceito racial, não só no Brasil, mas também na Igreja, apontando o seguinte:

A Igreja e a sociedade estão empatadas em preconceito. No processo histórico da política brasileira, um dos últimos atos contra os negros foi o decreto de 1946, assinado por Getúlio Vargas, que proibia a entrada e migração de negros. Na Igreja, até o Concílio Vaticano II, em muitas instituições havia a proibição de se aceitar negros, o que explica até o pequeno número de padres e religiosos negros. Um outro fator que influi para essa pequena existência de religiosos é que o negro não estudou, não se aprofundou (PIRES; *Jornal O São Paulo*, 1988).

Diante dessa afirmação, é perceptível que o Arcebispo da Paraíba era contrário à concepção da Igreja frente às questões raciais e a cultura afro-brasileira. Para ele, a Igreja até o Concílio do Vaticano II foi conivente com o racismo e apoiou a escravidão negra. Ressaltou, também, a participação do governo brasileiro nas políticas contra a afirmação da negritude. Porém, mostrou-se equivocado quando exemplificou o governo de Getúlio Vargas como o mentor do decreto de 1946, já que o mesmo foi deposto em 1945.

Na segunda matéria, destacou a afirmação sobre a lei aprovada pela Constituinte que tornava o racismo um crime inafiançável. Sobre esse assunto, Dom José Maria Pires falou que em termos legais a lei provocou mudanças na situação do negro, porque “o racismo virou crime, como a tortura e o terrorismo, para os quais não vale fiança. A consciência do crime vai tornar-se mais clara” (PIRES; *Jornal O Dia*, 1988)

Com relação ao preconceito no Nordeste, ele desmistificou a posição do Brasil em acreditar na existência da democracia racial, mostrando que no Nordeste, em alguns Estados, a proporção de negros é maior e, na sua maioria, são pobres e moram em favelas.

A última entrevista ao *Periódico Anais* (1982) enfocou o racismo e o movimento da consciência negra no início da década de 1980. Pela importância dessa questão ela será analisada no tópico seguinte, o qual trabalhará as questões que dizem respeito à formação da consciência negra na Paraíba sob organização de Dom José Maria Pires.

Apontado os assuntos recorrentes nas entrevistas de jornais com Dom José Maria Pires, é importante analisar como o Arcebispo utilizou de meios acessíveis para mobilizar e informar a população brasileira sobre as questões sociais e raciais presente no país. Isso, de forma didática, para que a sociedade não tivesse dificuldade em saber a verdadeira realidade do negro no Brasil. Contudo, usou os jornais como meio de comunicação para denunciar, principalmente, o preconceito racial e a luta dele junto à população negra, a favor da inserção do negro na sociedade brasileira e na busca pela identidade nacional.

Para finalizar a análise nesse tópico, o debate *Povo Negro: Construindo o diálogo religioso* foi escrito em 1988 para intervenção de Dom José Maria Pires na 5ª semana: “FÉ E COMPROMISSO SOCIAL” da Arquidiocese de São Paulo. Neste ano, como já foi dito em análises anteriores, a Igreja trouxe o tema da Campanha da Fraternidade a discussão sobre o negro no país. Diante disso, em 1988 foi o ano que mais produziu escritos voltados para essa questão, devido aos cem anos da abolição da escravatura.

Neste debate, o bispo inicia a introdução falando sobre a posição da Igreja Católica frente a perversidade da escravidão a qual foi conivente e qual era o olhar dessa instituição eclesial sobre as religiões afro-brasileiras. Após fazer uma breve amostragem de suas indagações com relação a Igreja Católica do século XVI, ele apresentou no tópico “Sementes do Verbo” a forma como os negros pertencentes a religião afro-brasileira semejavam e evangelizavam o reino de Deus. Nos subtópicos “Os orixás”, “Os antepassados”, “Magia e curandeirismo”, “Ritos de iniciação”, “Os rituais de celebração do Candomblé” explicam a importância do respeito com a cultura afro-brasileira e, concomitantemente, expõe detalhes do Candomblé, como exemplo de uma das religiões afro no Brasil.

Na continuidade do documento, Dom José Maria Pires apresentou as influências externas no Candomblé, principalmente da religião católica e da sociedade. Na primeira, os negros foram “transferidos para o Brasil e em contato com outra cultura, hábitos e ritos cristãos foram incorporados aos rituais da religião tradicional africana dando ao candomblé elementos que não são originais mas que o enriqueceram e complementaram na visão de seus adeptos” (PIRES, 1988, p. 8-9). E na outra, o bispo acredita que o sistema capitalista, gerador do consumismo, influenciou negativamente, na cultura religiosa dos negros no Brasil.

Entretanto, ele conclui que a Igreja Popular vem conseguindo espaços e diálogos através das CEBs com a cultura afro-brasileira, para que haja contribuições entre ambas as religiões para construção de uma sociedade livre de preconceitos e com respeito às diferenças.

4.2 – Artigos.

De acordo com o pressuposto afirmado pelos escritos de Dom José Maria Pires, os artigos africanistas dão maior ênfase ao processo histórico no qual o negro esteve inserido durante os três séculos e, também, destacam os motivos que levaram o negro a marginalização da sociedade brasileira. Suas produções são constituídas por treze artigos, sendo oito em jornais da época, nos quais, sete foram publicados no jornal *O Momento*, e o outro no jornal *Folhetim*, suplemento da *Folha de São Paulo*. E os cinco restantes são documentos do bispo.

No seu artigo mais antigo, *A Igreja e o Negro* publicado no jornal *Folhetim* em 1980, Dom José Maria Pires destacou o fato da surpresa que causaria há 20 anos atrás se um negro atingisse os meios eclesiásticos, militares ou diplomáticos, já que esses cargos eram ocupados por pessoas da alta cúpula nacional. Depois, seguiu alertando a presença dos estereótipos envolvendo os negros dentro da sociedade e as conseqüências difundidas pela ideologia do branqueamento na população afro-brasileira. Assim, ele afirmou:

A classe Dominante conseguiu introjetar ao negro o complexo de inferioridade, ao mesmo tempo em que difundiu a ideologia do branqueamento: abriu os portos para a imigração européia e os fechou para a África a fim de branquear o Brasil. Do negro tudo se exigiu. Ao negro tudo se negou, nome família, cultura, religião (PIRES; *Jornal Folhetim*, 1980).

Contudo, o negro se mostrou resistente quando criou as comunidades Quilombolas e apoiou-se em outros sedimentos para sobreviverem, como a aculturação. Sem perder, com isso, a identidade cultural.

Diferentemente na Igreja, ver-se a posição frente à escravidão negra dispendo de agentes colaboradores desse sistema. Como demonstrou em seu artigo, “esse compromisso da Igreja com o sistema vigente, fez dela excelente colaboradora da opressão dos colonizadores e lhe retirou qualquer possibilidade de empenhar-se seriamente na luta contra a escravidão dos negros” (PIRES; *Jornal Folhetim*, 1980).

Escreveu *A Identidade do Negro* (1988) um dos documentos mais extensos. Em seu artigo, no tópico intitulado “Origem do preconceito”, o Arcebispo retomou questões já discutidas anteriormente sobre o contexto histórico que o negro esteve inserido. No ponto “Submissão do negro” para Dom José Maria Pires, o negro, por parte, deixou-se escravizar para sobreviver como meio para lutarem pela libertação. Em seguida, defendeu que a obsessão pelo lucro abriu criações para leis de “amortecimento” da situação do negro escravo. Como foi o caso da Lei do Sexagenário, Lei do Ventre Livre e, finalmente, a Lei Áurea (PIRES; 1988).

Nesse artigo, também expôs a presença do racismo na instituição eclesiástica e a tentativa de organização da Igreja frente às questões raciais, após a Conferência Episcopal de Puebla, que levou o catolicismo para um novo olhar de mudança da população pobre e marginalizada.

No mesmo ano, Dom José Maria Pires escreveu o artigo *A Igreja e a Escravidão*, o qual chegou a ser publicado como “A Escravidão e a Igreja” no jornal *O Momento* em 19 de fevereiro de 1988. Nesse artigo, o bispo negro ressaltou a importância da Campanha da Fraternidade deste ano sobre o negro no Brasil. Lembrando que o Brasil tem uma “dívida social, dívida de justiça que não será paga somente com as homenagens do reconhecimento oficial e protocolar que se prestarem nas celebrações cívicas do Centenário da Abolição” (PIRES; *Jornal O Momento*, 1988).

Publicou o pequeno artigo *Partindo as correntes* (1988) no jornal paraibano, *O Momento*. Esse escrito destacou a importância da Constituinte que tornou crime a prática da tortura e do terrorismo. Para ele, deve-se saudar esse progresso na Constituição brasileira como uma das conquistas dos que luta contra a escravidão, a dominação e toda sorte de violação dos direitos humanos. E segue o artigo lembrando a população sobre o objetivo da Campanha da Fraternidade de 1988, para romper correntes invisíveis e ocultas nas expressões de democracia racial (PIRES; *Jornal O Momento*, 1988).

No artigo seguinte, *Uma campanha difícil* publicado também no mesmo jornal e no ano da Campanha da Fraternidade - 1988, falou sobre a dificuldade que é inserir na sociedade paraibana a importância da participação do negro na Igreja, sua inserção no campo social, como também, mostrar o preconceito racial existente frente à cultura afro-brasileira dentro da instituição católica. Como exemplo, ele destacou a repercussão que ocorreu em João Pessoa depois de uma celebração nos moldes africanistas para homenagear o tema da Campanha da Fraternidade. Veja o relato:

O mais chocante, porém, foram as músicas e as danças durante a Missa. Embora todos saibamos que há danças sagradas, embora estejamos todos de acordo que é bom rezar com o coração e com o corpo todo foi chocante para muitos ver negros entrando descalços para a Celebração, usando roupas vistosas e “profanas” e dançando como se estivessem numa festa qualquer (PIRES; *Jornal O Momento*, 1988).

Dom José Maria Pires escreveu o artigo *Conviver sem preconceitos* (1988), o documento discute a retomada da Campanha da Fraternidade com o tema: Fraternidade e o Negro, e mostra de onde veio o preconceito pela cor negra:

O preconceito contra o Negro é, certamente, o mais arraigado no brasileiro. Não é propriamente um preconceito de cor: o hindu tem a pele escura mas não é negro. Negro é africano, afrobrasileiro, afro-americano. No Brasil, o preconceito está ligado à origem dos africanos entre nós: vieram como escravos. Foi aí que teve início o pré-conceito (PIRES, 1988, p.1).

Desse modo, ele fez o contraponto do preconceito racial e a necessidade da Igreja, enquanto instituição voltada para os pobres, oprimidos e marginalizados, voltar-se para a questão do negro na sociedade brasileira.

O pequeno artigo *Negro por Mercê de Deus* foi escrito a pedido do senhor José Mayrink em 28 de março de 1988 para publicação de um livro em São Paulo. O Arcebispo da Paraíba falou sobre o racismo sofrido na infância. Nessa época, aprendeu que “negro não é gente”. Disse mais, que quando criança nunca reagiu frente à discriminação racial. Para ele, isso era natural, tinha apenas um sentimento de pesar por ser negro. E depois que virou padre, não sofreu mais preconceito, porque, segundo ele, era membro da “elite sagrada”.

No entanto, só assumiu sua identidade na preparação para a Conferência Episcopal latino-americana de Puebla em 1979. A partir daí, passou a ter consciência do preconceito racial existente no Brasil e, aos poucos, conseguiu superar o complexo de inferioridade e assumir sua identidade negra, assimilando os valores culturais e as expressões religiosas do afro-brasileiro.

Advento para negro foi escrito dois dias antes de ser publicado. Nele pôde ser encontrado, de maneira muito sucinta, o processo histórico das leis de libertação do escravo. Como também, o papel da Igreja atual frente à cultura afro-brasileira. Para isso, ele enfatizou o seguinte:

No passado se condenaram como superstições as manifestações religiosas da cultura negra. No passado foram perseguidos e exterminados os quilombos. Hoje a Igreja começa a entrar em diálogo religioso com o candomblé e os Movimentos Populares, sobretudo as Comunidades de Base começam a estudar melhor o modelo de organização que foram os quilombos (PIRES; *Jornal O Momento*, 1988).

O artigo *500 anos de evangelização* também foi publicado no jornal paraibano *O Momento* em 1991. Este documento traz a preocupação e indagações de Dom José Maria Pires sobre o que temos a comemorar nos 500 anos da chegada dos europeus na América Latina. Ele questiona se a América Latina foi descoberta ou invadida? Se ocorreu um encontro de povos ou um genocídio? Pergunta se houve um sincretismo ou etnocídio em relação às

culturas autóctone ou africana e se sucedeu a evangelização ou subjugação dos universos religiosos dos povos americanos e africanos.

No desenvolver do documento ele busca responder a essas questões de forma parcial e por meio da História. Expõe que na América já existiam povos diversos e não eram terras devolutas, frisou a sabedoria dos povos aborígenes e africanos, lamenta o genocídio ocorrido com os índios e os milhares de negros que foram deportados da África. Com relação as práticas da Igreja Católica, o bispo considera a igreja ausente frente a atrocidade no período da colonização e, como cristão, convida a sociedade para resgatar a história do povo empobrecido assumindo a luta pela transformação com projetos em que as vítimas de hoje tornem-se agentes de salvação.

O artigo *Teologia Negra* retrata os questionamentos de Dom José Maria Pires sobre uma possível elaboração de uma Teologia Negra. Supõe o fato de Deus ter-se revelado também aos povos africanos dentro de sua cultura e reforça a tese das “sementes do verbo” presentes nas religiões não-cristãs trazida pelo Concílio Vaticano II. Para isso, a Teologia Negra tem como primeira tarefa identificar essas “sementes dos Verbos” escondidas nos costumes, nas leis e, sobretudo, nas manifestações religiosas da cultura negra. Contudo ele se pergunta:

como o essencial dos Livros revelados encontra correspondência na cultura religiosa negra? Poderíamos aceitar a nova convicção das Igrejas Africanas afirmando ter o Espírito Santo se manifestado a elas como se manifestou em Jerusalém dentro da cultura judaica? Poderíamos entender que é possível haver Igrejas cristãs que não nasceram de outras Igrejas mais antigas mas surgiram de novas Pentecostes? (PIRES, 1993, p.1).

Daí ele entrega esses questionamentos aos pesquisadores de “mente e coração abertos” para debruçarem em novos caminhos de pesquisa da construção desta Teologia. Por este documento percebemos o quanto Dom José Maria Pires amadureceu em relação à cultura e religião afro-brasileira, apontando questões pertinentes e inovadoras para sociedade brasileira da época.

No jornal *O Norte* em 1995, foi publicado o último artigo sobre o negro por Dom José Maria Pires. Neste jornal encontra-se um tópico chamado “católicos” onde inclui o artigo do bispo, *Mais Excluídos*. Neste artigo fala-se sobre a Campanha da Fraternidade de 1995, onde a temática principal é elencar os grupos dos excluídos na sociedade brasileira. Porém, dentro deste grupo estariam os negros e os índios contribuintes da formação do cidadão brasileiro, mas que permaneceram na camada pobre da sociedade.

Ele enfatiza ainda, que a diferença entre ricos e pobres vem aumentando no país e dados do Documento do Governo revelam que cresceu muito o número de pobres. E para Dom José Maria Pires, isso, era o resultado da política neoliberal que o governo brasileiro da época apoiava: “O neo-liberalismo que o atual Governo do Brasil parece ter-se tornado um servidor é, sem dúvida, um desses mecanismos perversos” (PIRES; *Jornal O Norte*, 1995).

Os dois artigos restantes *O Dia da Consciência Negra* (1987) e *Consciência Negra* (1988) serão analisados no tópico seguinte, pois tratam de assuntos pertencentes à temática escolhida. A partir dos onze artigos analisados, podemos perceber que a maioria de suas produções foi escrita no ano de 1988. Período em que a Igreja católica vivenciava a representatividade do negro na Campanha da Fraternidade. Devido a esse pressuposto, seus artigos vão ao encontro dessa questão, isto é, a participação da Igreja perante o racismo como forma de “pagar” sua dívida histórica.

Outros fatores presentes em seus artigos foram a marcante presença do processo de reconhecimento da sua identidade negra e a inserção do negro na sociedade brasileira. Contudo, foi também através dessa documentação que Dom José Maria Pires passou a conscientizar a população brasileira de um Brasil distante da democracia racial.

4.3 – Ditos e escritos pastorais

O Sermão de Dom José Maria Pires foi publicado no jornal *O Momento* em 1988 para suposta abertura da Campanha da Fraternidade deste ano que teve o negro como tema principal. Nesse pequeno Sermão encontra-se uma gama de informações que justificam o porquê de trabalhar esta temática na Igreja Católica, haja vista a ausência, segundo Dom José Maria Pires, de negros em missas.

Para ocorrer esse encontro da Igreja Católica e os negros, o bispo mostrou que seria interessante, durante a Campanha da Fraternidade, valorizar a contribuição que o negro deu na formação sócio-cultural da sociedade brasileira, lutar contra o racismo camuflado e a discriminação étnico-racial. No entanto, para entender a conjuntura atual do povo negro, deveria se reportar ao passado e desvendar o processo histórico o qual o negro esteve inserido. Para isso, a Igreja Católica deveria está aberta e sem preconceitos para discutir tal temática.

No mesmo ano foi escrita a Homilia para *Ordenação de Dom Luiz Fernando*, bispo negro ordenado para o Presbitério da Igreja de São Paulo. Neste documento, Dom José Maria Pires cita a Constituição Federal de 1988 onde oficializa a discriminação racial como crime inafiançável e sujeito à penas da lei. E chama a atenção do novo arcebispo para contribuir

através de mobilizações junto à Pastoral do Negro e a Igreja para lutar pela afirmação da negritude e contra o preconceito racial no Brasil.

Sobre a vida de Dom Santino M. da S. é uma mensagem de Dom José Maria Pires documentando sua passagem na vida terrena onde não fala diretamente sobre o negro, mas encontra-se subentendido na luta pelos excluídos. Sendo assim, este documento faz parte da produção intelectual de Dom José Maria Pires sobre o negro no arquivo da Arquidiocese. Este escrito é de 1968 em homenagem ao centenário de nascimento de Dom Santino Maria da Silva Coutinho. Nele o bispo mostra as ações sociais e religiosas durante a vida de Dom Santino M. da S. e sua defesa do povo oprimido e excluído da sociedade brasileira, destacando um trabalho pioneiro na Igreja Católica, que na época era bastante conservadora e não tinha o olhar progressista e renovador da Igreja dita popular.

A vez do Negro na Igreja foi uma palestra realizada no IPCN em 1980 para discutirem sobre quais ações a instituição católica vem tomando para retirar o negro da margem da sociedade. O bispo recorreu ao contexto histórico que a Igreja esteve inserida na colonização do Brasil, mostrando o silêncio frente à perversidade da escravidão. Destaca também a mudança significativa do catolicismo, principalmente na América Latina, depois do II Concílio Ecumênico do Vaticano. Acrescenta que os religiosos estavam “habitados a ver a Igreja confinada no ambiente sagrado, a falar muito de Deus e pouco do homem, ocupada em salvar as almas e bastante indiferente à transformação das estruturas de opressão. Hoje não se pode entender evangelização que não inclua todo um processo de libertação de Jesus Cristo” (PIRES; 1980, p. 1). Para Dom José Maria Pires essa evangelização só era possível se houvesse respeito à cultura, à religiosidade e a todos os valores de um povo, seja ele branco, negro ou indígena.

Diante dessa reflexão tomada em seu texto, o bispo reportar-se a ausência de mecanismos ou organizações dentro da Igreja voltada para o estudo do povo negro. No entanto, buscou através das evangelizações e mobilizações sociais dentro da instituição eclesial a participação da sociedade para formação da Pastoral do Negro.

Apresenta também, a diferença do racismo existente no Brasil, Estados Unidos e América do Sul. Nesta época, segundo Dom José Maria Pires, a prática do racismo no Brasil era camuflada, menos violento e mais disfarçado. Porém, o branco é superior, o negro é aceito por condescendência não em virtude de um direito. Visto, desse modo, a negritude como um bem negativo e intensificado com a ideologia do branqueamento da população brasileira, levou a perseguição não só da cor preta, mas da cultura e da religião dos afro-brasileiros.

Posteriormente, encerra a palestra apresentando o encontro que buscou alternativas possíveis para criação da Pastoral do Negro e de ações que esta possa desenvolver nas comunidades para inserção do negro na sociedade. Para isso, propôs o estudo não só da religião afro-brasileira, mas da realidade cultural, política e econômica do povo negro. Sendo necessário restaurar a memória histórica levantando as causas que levaram os negros à condição real em que se encontram. Detectou, dessa forma outros aspectos que:

- é mínimo (ou quase nulo) o espaço que os negros têm para se sentirem como Cristãos e Negros dentro da Igreja;
- há poucos Negros e Mulatos no quadro do Episcopado e das hierarquias das Congregações Religiosas, contrastando com a presença maciça de descendentes de africanos no meio da população brasileira;
- as desigualdades entre Brancos e Negros na Igreja, quanto às seleções, oportunidades e incentivos, determinam, implicitamente, a institucionalização deste contraste.

Notou-se também:

- o despertar de uma consciência crítica diante do problema;
- um grande interesse em procurar conhecer melhor nossas raízes negras;
- um desejo, e mais do que isso, a necessidade de nos assumirmos como Negros, despojando-nos na ideologia do “embranquecimento” que nos mutila e oprime;
- um propósito ardente de cooperar ativamente dentro da Igreja e da sociedade, na transformação desta mentalidade racista que nos faz afastar-nos de nossa cultura e nos envergonhar de nossa identidade de Negros;
- uma necessidade de conhecer melhor os cultos de nosso antepassados, de vivenciar a cultura, a arte e todos os valores de proveniência africana (PIRES, 1980, p.8).

As idéias apresentadas nesta palestra são concernentes para época em que a população negra teve maior visibilidade para organizações consistentes, diante da forte efervescência política e social do momento, onde as camadas sociais oprimidas e excluídas estiveram à frente das mobilizações em busca de seus direitos e afirmação como cidadãos brasileiros.

A carta pastoral *Nós Não Fazemos A Guerra! Nós Fazemos O Amor!* foi escrita em 1970 para saudar a Igreja diocesana na Páscoa através da carta pastoral. Este documento possui tópicos e nota em espanhol, mas não explica o local e para quê foi apresentado. Não fala, também, sobre as questões do negro, mas está catalogado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba como documento da produção intelectual de Dom José Maria Pires sobre o negro.

Nela o bispo ressaltou a importância de Jesus Cristo para sociedade e o sentido da Páscoa para os cristãos. Ele acredita que este momento vivenciado pela Igreja Católica é o período da festa da libertação do cativos. Dentro deste aspecto, a mensagem contempla dois tópicos em espanhol, “Pascua: Fiesta de la liberacion” e “Luchar por la libertad es deber de los cristianos”, os quais falam das outras formas de escravidão que devem ser libertadas pelos cativos que estão envolvidos com os vícios, as riquezas, a miséria e com o mito de segurança

nacional. Nesse caso, para o bispo negro, o momento ideal para que haja tal libertação é a Páscoa.

O prefácio para o livro *Cartas da África do Sul* foi escrito em 1985 a pedido de Frei João Xerri e Lilia Azevedo autores da obra, os quais apresentam as doze cartas resultadas da ida a África do Sul em mandato da comunidade pastoral de São Domingos. Este livro foi escrito como esforço de retribuição fraterna com as vítimas da política do *Apartheid* na África do Sul e testemunharam a dura realidade encontrada na época, tentando condensar em algumas cartas sinais de esperança que se poderam vislumbrar em meio a tanta dor.

No prefácio cita muitos aspectos dos escritos anteriormente analisados. Como a diferença do racismo do Brasil, Estados Unidos e África do Sul, onde nos outros dois países o racismo foi legalizado e mantido sob perversa violência do governo. Expõe, também, a idéia de “democracia racial” difundida no Brasil.

De maneira mais enfática, retratou um pouco do que leu nas cartas sobre o racismo do país africano. Destacando que ninguém vai conseguir “ler sem experimentar tristeza e indignação, sentimentos que deverão despertar gestos de compaixão para com um povo humilhado e oprimido em sua própria terra e um governo que produziu o mais diabólico sistema de escravidão” (PIRES, 1985, p.2).

Em 1981, no livro *Sitiado em Lagos: autodefesa de um negro acossado pelo racismo*, de Abdias do Nascimento, Dom José Maria Pires iniciou o prefácio mostrando seu processo de conscientização da negritude. Ele afirma que só recentemente tomou consciência da sua negritude e da sua identidade afro-brasileira, porque percebeu durante seu trabalho com os pobres e oprimidos, a presença dos negros nesse grupo e foi libertando dos preconceitos raciais existentes durante sua formação como ser humano identificando-se com “seus irmãos de sangue”. O bispo negro destaca uma fala do Senador Dinarte de Medeiros Mariz³ o qual considera a luta contra o preconceito racial no Brasil uma subversão, é proporcionar a desordem social jogando um grupo humano contra o outro.

Em seguida, falou sobre a importância da leitura do depoimento de Abdias do Nascimento, “boicotado em Lagos pelo racismo disfarçado do Governo e pelo jogo sujo da diplomacia”(PIRES, 1981, p.2). Para refletirmos sobre o racismo brasileiro vivenciado por Abdias do Nascimento:

³ Senador que apoiou a deposição de João Goulart e a instauração do Regime Militar de 1964 ingressando depois na ARENA. Foi reeleito senador em 1970 e reconduzido ao cargo pela via indireta em 1978 por força do Pacote de Abril baixado no ano anterior.

Se um homem da estatura do autor de *O QUILOMBISMO* é barrado, se uma voz tão autorizada é silenciada porque pretendia denunciar um crime oculto que o reu teima em negar, pode-se imaginar o que acontece por aí, consciente ou inconscientemente com os milhões e milhões de negros que não têm nem a bagagem intelectual nem o renome internacional de Abdias do Nascimento (PIRES, 1981, p.2).

Nesse trecho, percebe a forte censura ainda existente nos anos de redemocratização política do Brasil. Pessoas como Dom José Maria Pires e Abdias do Nascimento intelectuais preocupados com as injustiças sociais, principalmente, em defesa do negro, foram alvos de calúnias e repressão política por lutarem pelos direitos dos negros brasileiros. Nesse caso, Abdias do Nascimento, apoiado por Dom José Maria Pires escreve o livro para expôr seu direito de liberdade de expressão e denunciar o mito da democracia racial sustentado no racismo vivenciado.

Concluimos a análise deste tópico, com o texto *O Negro e a Educação* (1982) traz idéias inovadoras e interessantes para época, na medida que Dom José Maria Pires traz alternativas para o Movimento Negro lutar pela inclusão da educação quilombola no sistema regular de ensino.

Para melhor entendimento desta proposta, o bispo negro retoma o processo histórico da atuação dos negros, em especial, os quilombolas, apresentando pontos importantes para conhecermos nosso legado africano. Ele propõe estudar a formação do povo brasileiro tendo como referência o africanismo presente na nossa língua, na arte – sobretudo a música – no vestuário, na comida, nas festas religiosas e profanas, sendo dessa forma, valorizar a participação do negro na formação da sociedade e, principalmente, na construção de sua identidade quilombola (PIRES; 1982).

Entretanto, estes variados documentos apresentam de forma simples as indagações de Dom José Maria Pires acerca das injustiças sociais cometidas com os excluídos da sociedade durante a ditadura militar. Isso é presente, principalmente, nos documentos anteriores a Conferência Episcopal de Puebla em 1979, pois eram temidos de fazer mobilizações em defesa desta causa diante da forte repressão do sistema militar. Mas depois de Puebla, tanto Dom José Maria Pires tomou melhor consciência da situação do negro como o Brasil vivenciava a efervescência das camadas populares, inclusive, o surgimento de organizações étnico-raciais no período de reabertura política.

4.4 - Humanização e Consciência.

Para Dom José Maria Pires, a conscientização da população sobre as questões sociais é fundamental para conseguir uma melhoria de vida da sociedade oprimida. Tal ambição, realizada através de mobilizações com a classe menos favorecida juntamente com uma política voltada para inserção dos oprimidos na sociedade brasileira, alcançaria a humanização e os direitos como cidadãos.

É nesse sentido, que seus escritos estão voltados para a conscientização negra da população como meio de informar a importância do afro-brasileiro para formação identitária do Brasil.

Para isso, os artigos *O Dia da Consciência Negra* (1987) e *Consciência Negra* (1988), a entrevista concedida ao periódico *Anais* da revista católica de São Paulo em 1982 e a Homilia para missa dos Quilombos em 1981, servem como fontes documentais para o estudo pormenorizado do debate sobre a consciência negra e a inserção do negro na sociedade.

O Dia da Consciência Negra é o título de alguns dos seus artigos que retomam a questão racial no Brasil. Nesse artigo, Dom José Maria Pires iniciou o relato do seu dia no Dia da Consciência Negra e, a importância dessa data para tomada de consciência e questionamentos sobre a inserção do negro na sociedade, sem esquecer a pouca presença do negro no meio eclesiástico e nos cargos mais altos. Para ele, esse dia é motivo para a população brasileira se orgulhar da contribuição que os negros africanos deram para a formação da identidade sócio-cultural do país. Como disse a seguir:

Hoje é dia de todos os negros recordarem, com orgulho, a contribuição que nossos antepassados vindo da África deram para a construção da nacionalidade. Isto se fez à custa de muita lágrima, suor, sangue e vidas. Mas o que resta de nosso passado foi feito com a força do braço negro. E, quer se queira quer não, os vestígios da cultura negra mostram-se presentes em toda parte. Nós, negros, não devemos admitir nenhum complexo de inferioridade porque nossos pais foram feitos escravos (PIRES; 1987, p.1).

Para finalizar seu pensamento sobre esse dia, ele comparou a escravidão dos negros nos séculos passados com escravidão no presente. Acredita que a escravidão “continua e com a agravante de que hoje não é só para o negro. Negros e brancos são escravizados a um sistema que arvora num objetivo principal” (PIRES, 1987, p.1). No entanto, para Dom José Maria Pires, o sistema econômico vigente submete o povo pobre e oprimido a relações anti-sociais.

Em 1988, Dom José Maria Pires utilizou o jornal paraibano *O Momento* para publicar o artigo *Consciência Negra* sobre a comemoração do Dia da Consciência Negra. Nesse escrito, ele iniciou criticando a Historiografia Oficial brasileira, na medida em que a História

enfoca os acontecimentos pela ótica dos opressores e esquece a História feita pela classe oprimida. Ele apontou a seguinte questão:

A historiografia oficial brasileira assim como parte da extra estão a serviço do sistema econômico político-sócio-cultural vigente. Para isso elas registram a história a partir da ótica dos opressores. Por estas razões, subtraem-se da história o povo e os seus líderes. Por outro lado, em cada página encontram-se super-heróis forjados e destaques para alguns populares traidores da sua raça/classe e evidências para o povo enquanto massa de manobra (PIRES; *Jornal O Momento*, 1988).

Em seguida, destacou que as leituras bíblico-teológicas que precedem Medellín junto a Historiografia Oficial, também foram alimentadas pelo sistema econômico, político e sócio-cultural da época. Entretanto, ele ressaltou que "tudo isso não está impedindo o crescimento numérico e qualitativo de uma historiografia do oprimido nem o incremento combativo da raça negra" (PIRES; *Jornal O Momento*, 1988). É a partir disso, que Dom José Maria Pires expôs a História de Zumbi dos Palmares como agente principal da História pela luta da libertação dos escravos.

Para Dom José Maria Pires, foi através desse compromisso libertador que fez o dia do assassinato de Zumbi ser reconhecido e consagrado pelo o Dia da Consciência Negra no Brasil. Para ele, essa data significa "um grito de protesto da raça negra contra a injustiça a que fomos e somos submetidos e é também um anúncio profético de uma raça que ressurgue com seus antepassados reconquistando a liberdade sonhada" (PIRES, *Jornal O Momento*, 1988). Porque, segundo "Dom Zumbi", como negro cristão, reconheceu o pecado da Igreja quando foi infiel ao Deus libertador através da traição ao projeto de salvação da raça negra. E que o apelo de Deus, perante a Igreja, foi concretizado pelo libertador Zumbi e por Jesus ressuscitado. Em seguida, concluiu que,

Para nós, os negros, Zumbi não é assombração, porém um HERÓI DA LUTA LIBERTÁRIA DA RAÇA NEGRA. A sua história não é apenas um retrovisor que nos faz olhar para o passado, todavia, e sobretudo, um questionamento, um apelo e um incentivo para darmos um passo seguro, hoje, na busca e edificação do futuro. É muito mais: uma convocação de fidelidade à raça, à classe, na perspectiva da construção de uma sociedade à luz dos quilombos" (PIRES, *Jornal O Momento*, 1988).

Diante dessa afirmação, percebe-se a firmeza que o Arcebispo da Paraíba tinha ou têm com relação à questão da negritude presente na formação da sociedade brasileira, como também, a construção desta sob a estrutura social vivida nos Quilombos. Ou seja, dispondo de liberdade e igualdade para todos.

O terceiro documento analisado é uma pequena entrevista concedida ao periódico Anais da revista católica de São Paulo em 1982. Durante a matéria, Dom José Maria Pires falou sobre o seu livro *Do centro para a margem*, e da sua trajetória antes de chegar à Paraíba. Para ele, a escolha do título desse livro remeteu o seu trajeto até tornar-se Arcebispo da Paraíba. Porque, através do seu contato com a população pobre de Araçuaí e as injustiças sociais ocorridas em João Pessoa, refletiram-lhe a importância de deslocar-se do centro, os cargos de renome para sociedade (como o bispado) até a margem (a classe oprimida). Ou seja, voltar-se para tentar resolver os problemas mais urgentes que a sociedade paraibana necessitava na época.

Ainda nessa entrevista, Dom José Maria Pires expôs o que acha sobre a representatividade da consciência negra no início da década de 1980. Para ele, é a consciência negra do Zumbi que torna o elemento primordial para despertar essa consciência. Concomitantemente, criticou a instituição eclesiástica por não ter atuado na formação da negritude brasileira, mas, sim, sendo conivente a escravidão e aos preconceitos raciais até o Concílio do Vaticano II. Em seu relato apresenta que,

Foram exatamente os negros que se sentiram mais marginalizados pela própria Igreja e que conseguiram estudar um pouco e foram se unindo de modo que os grupos negros que existem no Brasil, com exceção dos mais recentes, são geralmente anticlericais. Isto porque eles não encontraram na Igreja o apoio (PIRES, 1982, p.13).

Com relação ao racismo brasileiro, Dom José Maria Pires acredita que “no Brasil, o racismo continua, e é muito forte, embora não seja violento na sua aparência. Mas ele existe. Ele não tem aquela virulência do racismo da U.S.A., mas, ele existe e, está aí por toda parte” (PIRES, 1982, p. 14). Para o Arcebispo da Paraíba, o racismo é aplicado no Brasil de forma camuflada para poder crer na existência da democracia racial no país.

Em seguida, falou sobre a importância do movimento da consciência negra, e sua participação na luta por essa causa. Veja o que disse:

Há diversas maneiras de pertencer. Até poucos anos, eu, embora reconhecendo minha raça e não tendo vergonha de ser chamado negro, não pertencia a nenhum movimento a nenhum grupo organizado. Foi a partir de 1980 que começaram a ser organizados grupos de reflexão dentro da própria Igreja. Temos grupos já em diversos Estados. E eu pertenço a um grupo que existe em João Pessoa. Mas, o que mais me tem preocupado é a maneira de ajudar os negros que estão, de certo modo, mais perto de mim (PIRES, 1982, p.15).

Esse grupo ao qual Dom José Maria Pires faz referência é a Pastoral do Negro na Paraíba, criada para atender as necessidades dessa população e no intuito de formar grupos pastorais para a conscientização da questão do negro inserido na sociedade brasileira.

Portanto, o que mais preocupou Dom José Maria Pires foi a forma como trabalhar a questão da negritude dentro da Igreja. Segundo ele, a importância de espaços na sociedade facilita o encontro para discussões e reflexões sobre a formação da consciência negra. Com esse pensamento, o Arcebispo da Paraíba pretendeu criar um espaço na Paraíba que servisse como lugar para os negros se encontrar, debaterem discussões recorrentes da contemporaneidade da época, espaço para as místicas e oportunizar os negros a desenvolver mais consciência de negritude.

Para o período, essas propostas eram renovadoras, principalmente, partindo de um negro, Arcebispo da Igreja católica paraibana. Esses trabalhos desenvolvidos junto a população negra da Paraíba trouxeram repercussões positivas e benéficas para sociedade paraibana e, em especial, a negra. Num período bastante difícil para incluir questões que vão ao desencontro das classes dominantes.

4.5 - A missa negra.

Estamos chegando do fundo da terra,
estamos chegando do ventre da noite,
da carne do açoite nós somos,
viemos lembrar.
(Canto para missa dos Quilombos)

Esse canto é um grito de luta, liberdade e resistência do negro diante das atrocidades passada durante a historicidade brasileira. O canto finalizou o prefácio *Afirmção da Negritude*, texto datilografado para o livro que reúne os trabalhos produzidos no II Encontro de Padres, Religiosos, Religiosas e Seminaristas Negros que foi realizado em 29 e 30 de agosto de 1986 no Rio de Janeiro. O documento de 1987 com conteúdo interessante para discussões referentes à formação das entidades negras tendo a Igreja na frente dessas questões.

Dom José Maria Pires inicia o texto provocando a autoridade eclesiástica ao citar o impedimento pela alta cúpula da Igreja para realização do encontro na Arquidiocese do Rio de Janeiro, pedindo que o evento fosse deslocado para outra circunscrição eclesiástica, o que, na

realidade, não foi feito. Ele acredita que esse acontecimento contribuiu para ocorrência de debates mais fervorosos e da concretização das elaborações das conclusões aprovadas.

Como era um texto para encontro de religiosos, o Arcebispo da Paraíba não deixou de falar sobre as questões que fizeram a Igreja ser conivente a escravidão e ao mito da democracia racial.

Com relação aos trabalhos concretos patrocinados pela CNBB e sob a iniciativa de encontros realizados entre os agentes das pastorais do negro no Brasil, Dom José Maria Pires ressalva:

O resultado concreto desses encontros foi a criação de uma entidade denominada UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA. Imediatamente grupos da entidade foram surgindo e se organizando em diversos Estados do Brasil. Entrementes a CNBB continuava a estudar o problema do negro através de sua Linha Missionária que promovia encontros de reflexão para negros e brancos sobre esse tema com a assessoria de teólogos, biblistas e cientistas sociais (PIRES, 1987, p.2).

Essa entidade abriu portas aos negros que quisessem participar, independente da religião ou da política. O que determinava era a negritude e exigia a fraternidade entre os negros, sem sectarismo e sem radicalização. Porém, segundo Dom José Maria Pires, o que faltou no grupo UNIÃO E CONSCIÊNCIA foi uma coesão que garantisse sua unidade.

Em seu texto, o Arcebispo da Paraíba também faz destaque para o Quilombo Central de São Paulo. Diz que essa entidade é uma complementação da União e Consciência Negra, sem maiores exigências ou clima formal, que reúne os agentes da Pastoral do Negro da Arquidiocese de São Paulo e lembra a importância da preocupação do cardeal de São Paulo em valorizar os agentes dessa pastoral.

Sua Eminência tem aberto espaço para as vocações sacerdotais de negros e conta com elevado número de seminaristas descendentes de africanos, tem ordenado vários sacerdotes negros: um deles exerce seu ministério na catedral; um outro padre negro é Diretor da Faculdade de Teologia. Dom Paulo Evaristo, mesmo sem nomeação, se fez nosso “Cardeal Protetor” como Dom Pedro Casaldáliga, um dos autores da Missa dos Quilombos, se tornou por esse e por muitos outros títulos, um “negro honorário”. Um e outro são, acima de tudo, nossos amigos! (PIRES, 1987, p. 3).

Para Dom José Maria Pires, a população negra tinha dado um passo enorme para frente, pois conseguiu formar entidades ligadas à Igreja, onde tiveram espaços para discutirem assuntos pertinentes ao Brasil contemporâneo da época, sem esquecer-se dos seus discursos quando afirmava ser necessária a representação do negro em cargos altos da sociedade para mostrar a população que a cor da pele não interferia na capacidade do ser humano.

A missa negra ocorreu em 22 de novembro de 1981 na cidade do Recife. Esse é um documento riquíssimo quando se trata da renovação da teologia com a causa negra. Para proferir seu pensamento sobre esse dia, começou tratando sobre a crueldade a qual o negro africano foi submetido no período da escravidão, enfatizando, a figura de Zumbi como líder da libertação dos escravos e oprimidos. Iniciou dizendo:

Estamos recolhendo hoje e aqui os frutos do sangue de Zumbi, símbolo da resistência de nossos antepassados. Eles foram trazidos à força da África para essas terras, arrancados de sua Pátria, separados de seu povo e de sua família, misturados com pretos e de outras línguas e de outros costumes. Violentaram-lhes a consciência, impuseram-lhes uma religião que não escolheram. Até o nome lhes roubaram e os chamaram por nomes destituídos de significado para eles (PIRES, 1981, p.1).

Dom José Maria Pires, apresentou nesse trecho, parte do contexto histórico em que o negro esteve inserido no período escravocrata, destacando a perda da identidade africana pelos negros escravizados e a falta de humanização caracterizada por esse sistema de produção.

A iniciativa da realização dessa missa dos Quilombos trouxe suporte para mostrar a sociedade que freqüentava a Igreja, em sua maioria, os de maior condição aquisitiva, a retomada da luta pela igualdade racial e o reconhecimento dos negros como parte da construção identitária do Brasil.

Durante a Homilia, como também nos seus artigos e entrevistas africanistas, ele apontou para a convivência da Igreja e da população frente ao preconceito racial, “vêm nosso encontro como uma espécie de provocação ou uma demonstração de racismo que, segundo eles, não existe nem deve ser despertado entre nós, um gesto de conteúdo mais ideológico e político de que evangélico e religioso” (PIRES, 1981, p.2). Para Dom José Maria Pires, essa população preconceituosa fez parte da história que levou o negro a marginalidade e a falta, na época, de políticas públicas de inserção do negro na sociedade junto ao preconceito camuflado, dificultava e ainda dificulta o entendimento da população diante das manifestações, sejam culturais ou religiosas que estejam relacionadas ao negro.

Outro destaque durante a missa foi o alerta para população se orgulhar da cor preta, da cultura e da crença:

Pretos, meus irmãos! Como nossos antepassados, viemos de vários lugares. Diferentes deles e menos puros do que eles, trazemos na pele colorações variadas, alma, crenças diferentes. Mas neles e em nós estão presentes e são indelévels as marcas da negritude. Somos negros e não nos envergonhamos, não queremos nos envergonhar de sê-lo (PIRES, 1987, p.3).

Através desse alerta no seu discurso, o Arcebispo da Paraíba incentivava a população negra a se interessarem pela história de sua descendência africana e a tomarem consciência da importância da afirmação da negritude num país onde o racismo “escondido” torna mais presente na vida dessas pessoas.

Posteriormente, Dom José Maria Pires finaliza a Homilia envolvendo os fiéis na dificuldade de tentar conscientizar a população brasileira sobre a negritude presente na formação da sociedade, como, também, os negros brasileiros conhecerem sua identidade no país. É o que mostrou nesse discurso:

Está sendo longa a espera, meus irmãos. Da morte de Zumbi até nós são decorridos já quase três séculos. Mas a terra conservou o sangue de nossos mártires. Este sangue fala, clama e seu clamor começa a ser ouvido. Primeiro por nós negros que estamos recuperando nossa identidade e começando a nos orgulhar do que somos e do que foram nossos antepassados. A sociedade também escuta esse clamor. Muitos do seio dela nos apoiam e se colocam ao nosso lado para caminharmos juntos. A viagem é longa e penosa. Quase tudo está por fazer. O negro como negro continua marginalizado (PIRES, 1987, p. 5).

Nesse trecho da Homilia percebe a importância que Dom José Maria Pires dá as questões raciais, estimulando a sociedade a ouvir o clamor do reconhecimento da luta dos negros pelos direitos sociais, políticos e étnicos. Ele ressalta e cobra, também, a dívida que o Brasil tem com essa população, e que por meio da representatividade de Zumbi, os negros tomaram iniciativas de organizarem e formarem grupos de discussões que permitem a conscientização dessa causa.

Entretanto, através desse documento denominado “Homilia para missa dos Quilombos”, vimos que por meio da linguagem perpassa o caráter social da memória. As trocas entre os membros de um grupo e entre os grupos (negros da religião católica e negros da religião de matriz africana) se fazem por meio de linguagem. Lembrar e narrar se constituem da linguagem. Desse modo, a linguagem é o instrumento socializador da memória, pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas como o sonho as lembranças e as experiências recentes.

A referência simbólica que Dom José Maria Pires tem sobre a figura de Zumbi perante a sociedade negra, como homem guerreiro e herói, destaca como outro fator da importância simbólica para ser lembrada pelos descendentes afro-brasileiros escravizados ou não.

A missa negra reverenciando os afro-brasileiros e sua cultura retrata um pouco das “manifestações do catolicismo popular – com diferentes graus de presenças africanas – de forma que essas populações realizem práticas católicas com o apoio da Hierarquia da Igreja e,

nas mesmas datas, e em alguns casos nos mesmos lugares, reverenciam as entidades das religiões africanas” (SILVA, 2008, p. 242).

É perceptível que isso foi uma das formas encontradas pelos negros para preservação de sua identidade étnica e de seus valores culturais, num processo de reelaboração simbólico-religiosa em que orixás e santos encontraram um espaço de coexistência dentro do terreiro ou não. Entretanto, isso não se deu de forma pacífica, as religiões e rituais de matriz africana ainda sofrem preconceitos quando buscam manifestar em espaços públicos, sobretudo quando se tentam adentrar à liturgia da Igreja Católica, como foi visto na análise da Homilia para missa dos Quilombos.

Diante dessas duas análises, é possível identificar a idéia de cultura presente não só na figura de Dom José Maria Pires, como também, nos seus escritos. Existe uma pluralidade que inclui a cultura da elite (os arcebispos, sacerdotes, instituição eclesiástica...), mas também a de outro grupo social (os afro-brasileiros), denotando as diferenças a respeito das etnias, nacionalidades e gerações. E foi “nessa complexidade de relações de significados, de forma diferenciada, é que surgiu a perspectiva multicultural”, que se faz presente nos escritos africanistas de Dom José Maria Pires (MACHADO, 2002, p.31).

Contudo, o pontapé tomado pela Igreja católica, principalmente pela Pastoral do Negro, foi extremamente pertinente e eficaz para o início da década de 1980. Pois a partir daí houve maior diálogo entre a instituição eclesiástica e entidades negras para discussão das questões do negro no Brasil, como também, o crescimento de mobilizações sociais voltadas para política de combate ao racismo.

Nesse sentido, é através dos escritos voltados para conscientização da sociedade brasileira sobre a questão racial, que Dom José Maria Pires tornou-se membro indispensável para formação da pastoral do negro e, também, como agente coadjuvante dessa temática na instituição eclesiástica brasileira, em especial, a instituição paraibana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalhar com a produção africanista de Dom José Maria Pires, percebemos o tamanho da contribuição que suas obras tem para compreensão da cultura histórica, principalmente, para os saberes históricos relacionados à africanidade e a cultura afro-brasileira.

Através desta pesquisa, entendemos que para compreender a cultura histórica, torna-se fundamental os estudos dos microrrecortes e de objetos banalizados pela História Tradicional que devem ser reinseridos no seu contexto total. Visto isso, levamos em conta o trabalho realizado sobre os escritos africanistas de Dom José Maria Pires que não nos impossibilitaram de estudar as questões socioeconômicas, e políticas que influenciaram a população marginalizada no Brasil, em especial, o negro.

No decorrer do trabalho acadêmico de conclusão de curso, foi necessário apresentar as várias mudanças internas e externas ocorridas na instituição eclesiástica como formas estratégicas para adaptação das conjunturas políticas e sociais que delineiam as transformações, não só no catolicismo, mas também, na sociedade da época. Para isso, mostramos o processo de romanização da Igreja católica até a origem da Teologia da Libertação como fundamentação para o melhor entendimento de como se deu a aproximação da instituição eclesiástica com os marginalizados da sociedade. E posteriormente, como essa nova teologia veio influenciar os religiosos, principalmente, Dom José Maria Pires, a trabalhar com as questões raciais dentro e fora da Igreja.

Identificamos, também, o processo que influenciou Dom José Maria Pires a tornar-se adepto da Teologia da Libertação e o que fez levá-lo à conscientização política e social voltada para os marginalizados da sociedade brasileira, principalmente a paraibana. Como vimos, sua vinda à Paraíba no ano do golpe de 1964, acontecimento que atingiu violentamente os direitos humanos, fez com que Dom José Maria Pires se unisse às organizações populares da Paraíba para reivindicar a favor dos direitos do povo que vive a margem da sociedade. Nesse sentido, sua permanência nesse Estado, durante os trinta anos seguintes permitiu, também, um novo olhar para os projetos da Igreja popular do Nordeste, em especial, a Paraíba.

Através da análise da documentação contida no Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB) percebemos a postura da Paraíba e de Dom José Maria Pires frente aos problemas sociais, políticos e econômicos, que o país vivenciava desde o ano após o golpe militar até a

década de 1990. Constatamos, também, que seus escritos tratavam de questões pertinentes para sociedade da época, já que para a população desse período, isso significou um avanço nas discussões étnico-raciais no país que se dizia e ainda se diz democraticamente racial.

O estudo pormenorizado dessa documentação serviu para observarmos a situação do negro dentro da sociedade brasileira, e entender as iniciativas tomadas por Dom José Maria Pires para inclusão do negro na Igreja e na sociedade. Seus escritos mostraram assuntos que diz respeito à consciência negra da sociedade, o processo histórico em que o negro esteve inserido, a postura da Igreja católica frente à escravidão negra no Brasil, apontando sua conivência com os sistemas socioeconômicos dos séculos XVI ao XIX, e como a instituição se incluiu no debate com a cultura afro-brasileira e o racismo, as lutas de resistência frente ao sistema escravista e a busca pela identidade nacional e afirmação da negritude, como meio de libertação do sistema opressor. Desse modo, os escritos de Dom José Maria Pires são portadores de uma cultura histórica que auxilia para o aprofundamento dos estudos sobre a africanidade e a cultura afro-brasileira.

A discussão sobre a formação da consciência negra e da identidade nacional foi necessário para entendermos a construção de entidades negras que desde o início do século XX defendiam o fim do racismo e das desigualdades raciais, sociais e econômicas. E o quanto foi importante as mobilizações populares discutirem as questões étnico-raciais, num período de maior contestação da autoridade e da abertura política vivenciada pela sociedade civil. Portanto, foi preciso fazer uma reflexão sobre as formações das entidades negras diante das conjunturas sociais e políticas presente no Brasil do século XX, enfatizando as questões étnico-raciais no período entre o período estudado.

Para Dom José Maria Pires, a conscientização negra partiria de cada indivíduo que afirmasse sua negritude e lutasse pela batalha a favor do reconhecimento como cidadãos contribuidores da formação da cultura afro-brasileira. Para isso, e de forma inovadora, o Arcebispo da Paraíba utilizou meios de comunicação, grupos de discussões, a religião e movimentos, que tinham função de alertar a sociedade para a questão étnico-racial no Brasil. Com isso, sua autodeclaração de bispo negro que luta pela causa negra, seu envolvimento com o movimento negro na Paraíba, e sua iniciativa de criar uma missa dos Quilombos, foram ações que contribuíram no avanço da luta contra o preconceito racial e na afirmação da negritude.

Diante das discussões desenvolvidas ao longo do trabalho, conseguimos compreender as questões políticas, sociais e culturais que influenciaram Dom José Maria Pires por meio

dos seus escritos a lutar pela afirmação da negritude e a defender a identidade negra no Brasil, em especial, na Paraíba.

Finalmente, nosso trabalho se configura como uma contribuição historiográfica para o estudo da africanidade e da cultura afro-brasileira no Brasil, especificamente, na Paraíba. E como todo trabalho de pesquisa, o nosso trouxe várias surpresas no que diz respeito à quantidade de fontes sobre a questão do negro escrita por Dom José Maria Pires, já que são poucos os trabalhos que exploram essa temática. Há ainda muito para se pesquisar e discutir sobre esse tema. Isso foi apenas uma análise inicial de uma documentação vasta que pode ser aproveitada, posteriormente, para um trabalho mais aprofundado.

6. REFERÊNCIAS

6.1 - Fontes Documentais

a) Artigos:

PIRES, José Maria. A Igreja e o negro. *Jornal Folhetim* - Suplemento da Folha de S. Paulo. São Paulo, 08 jun. 1980. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (25) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. *O Dia da consciência negra*. 2p., 1987. In: AEPB. Fundo Chancelaria, Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (45) Arquivo 1, pasta 14).

PIRES, José Maria. *A Identidade do negro*. 10p., 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (51) Arquivo1, pasta 14).

PIRES, José Maria. A escravidão e a Igreja. *Jornal O Momento*. João Pessoa, p. A-4, 19 fev. 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (30) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. Partindo as correntes. *Jornal O Momento*. João Pessoa, 26 fev. 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (31) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. Uma campanha difícil. *Jornal O Momento*. João Pessoa, p. A-3, 04 mar. 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (32) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. *Conviver sem preconceitos*. 2p., 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (58) Arquivo 1, pasta 14).

PIRES, José Maria. *Negro por mercê de Deus*. 2p., 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (60) Arquivo 1, pasta 15).

PIRES, José Maria. Consciência negra. *Jornal O Momento*. João Pessoa, p. A-4, 18 dez. 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (49) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. Advento para negro. *Jornal O Momento*. João Pessoa, 9 dez. 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (50) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. 500 anos de evangelização. *Jornal O Momento*. João Pessoa, 30 ago. 1991. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (71) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. *Teologia Negra*. 1p., 1993. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (166) Arquivo 1, pasta 15).

PIRES, José Maria. Mais Excluídos. *Jornal O Norte*. João Pessoa, 19 mar. 1995. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (86) E 21 Cx. 05).

b) Debate / Entrevistas:

PIRES, José Maria. *Povo Negro: construindo o diálogo religioso*. 10p., 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (181) Arquivo 1, pasta 19).

PIRES, José Maria. [16 a 22 de maio, 1977]. João Pessoa: *Jornal O Momento*.; In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (109) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. [16 de julho, 1978]. João Pessoa: *Jornal O Norte*. Entrevista concedida a Severino Ramos. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (110) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. [23 de dezembro, 1979]. São Paulo: *Jornal Folhetim* - Suplemento da folha de São Paulo, nº 153. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (115) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. [Março e abril, 1980]. São Paulo: *Jornal Kosmos*. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (119) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. Revista Católica: *Periódico Anais*, p. 12-15, 10 nov. 1982. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (242) Arquivo 1, pasta 23).

PIRES, José Maria. [11 a 17 de março, 1988]. *Jornal O São Paulo*, Ano XXXIII, nº 1657,; In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (129) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. Dom Zumbi, o negro que virou arcebispo: entrevista. [08 maio, 1988]. São Paulo: *Jornal O Dia*; In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (130) E 21 Cx. 05).

c) Homilias/ Sermões:

PIRES, José Maria. *Missa dos Quilombos*. 5p., 1981. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (268) Arquivo 1, pasta 24).

PIRES, José Maria. Dom José Maria Pires. *Jornal O Momento*. João Pessoa: 19 fev. 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (145) E 21 Cx. 05).

PIRES, José Maria. *Dom José Maria Pires para ordenação de Dom Luíz Fernando*. 3p., 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (272) Arquivo 1, pasta 24).

d) Mensagens / Palestras/ Carta Pastoral:

PIRES, José Maria. *Nós não Fazemos a Guerra! Nós Fazemos o Amor!*. 1p., 1970. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (295) Arquivo 1, pasta 25).1p

PIRES, José Maria. *A Vez do Negro na Igreja*. 11p., 1980. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (371) Arquivo 1, pasta 29).

PIRES, José Maria. *Sobre a vida de Dom Santino M. da S.* 6p., 1968. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (368) Arquivo 1, pasta 29).

e) Prefácios/ Livros:

PIRES, José Maria. *Ao livro Cartas da África do Sul* de Lilia Azevedo e Frei João Xerri; 2p., 1985. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (387) Arquivo 1, pasta 31).

PIRES, José Maria. *Ao livro Sitiado em Lagos: autodefesa de um negro acossado pelo racismo de Abdias do Nascimento*; 3p., 1981. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (384) Arquivo pasta 31).

PIRES, José Maria. *Afirmção da Negritude* prefácio ao livro do II Encontro de Padres, Religiosos, Religiosas e Seminaristas Negros; 4p., 1987. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (390) Arquivo 1, pasta 24).

MNU. *1078-1988. 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

MNU-PE. *VIII Encontro de Negros do Norte e Nordeste*. Recife: Cia. Editora Pernambuco, 1988.

PIRES, José Maria. *Do centro para a margem*. João Pessoa: Acauã, 1978.

f) Textos:

PIRES, José Maria. *A Igreja e a escravidão*; 2p., 1988. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (410) Arquivo 1, pasta 33).

PIRES, José Maria. O Negro e a Educação. *Perspectivas Teológicas – Pastorais*, ITER nº2, Ano I, p. 84-87, 1982. In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (402) Arquivo pasta 32).

6.2 - Bibliografia

ANDRADE, William César de. *Uma voz fiel à mudança social*. Memória e Caminhada, Brasília, UCB, n.10, p. 70-76, jun., 2006. Disponível em: <www.ucb.br/memoriaecaminhada/arquivos/N10.doc>. Acesso em: 21 mai. 2009.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, v.18, n.52, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009>. Acesso em: 01 mai. 2009.

BAPTISTA, Karina Cunha. *O Diálogo dos Tempos: memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros*. 2002. 267 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense.

BARROS, José D'Assunção; A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.9, n.1, p. 125-141, 2005.

BOOF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

CABRAL, Almícar. *A Arma da Teoria*. Coord. de Carlos Comitini. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

CARONE, Edgard. *A primeira República (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHAL, Juliana Pinto. Maurice Halbwachs e a questão da Memória. *Espaço acadêmico*, Rio de Janeiro, nº 56, Jan./2006.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de; O Conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.9, n.1, p. 143-165, 2005.

CHARTIER, Roger; *A História Cultural - Entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger; A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 1, 1994, p. 97-113.

CHARTIER, Roger; O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol. 11 (5), 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. *Catolicismo: Direitos Sociais e Direitos Humanos (1960-1970)*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Nevez; FERREIRA, Jorge (Orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 193-231.

_____. *Silêncios e diálogos: o catolicismo e a defesa dos direitos sociais e humanos ante à intolerância política da ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 67-81, 2º sem. 2004. Disponível em: <www.pucminas.br/imagdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060222093911.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2009.

DIAS, Roberto Barros. *Deus e a Pátria: Igreja e estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930)*. 2008. 207 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

EULÁLIO, Mainara Duarte. *O Bispo negro: Dom José Maria Pires e seus escritos africanistas (1978-1988)*. 2009. 57p. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13-41.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de. *Negro no plural: um estudo de caso sobre a construção identitária de negros militantes e não-militantes em Campina Grande/PB*. 2004. 148 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e Romanização: a implantação da Diocese na Paraíba 1894/1910*. 1994. 382 p. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

FONSECA, Ivonildes da S. *O Movimento Negro da Paraíba: breve histórico*. In: ROCHA, Solange P. da; FONSECA, Ivonildes da S. (Orgs). *População negra na Paraíba: história, política e ensino*. Campina Grande: Ed. UFCG, 2009, p.83-97.

GRYNSZPAN, Mario. *A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Nevez; FERREIRA, Jorge (Orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 315-348.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?: entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MACHADO, Cristina Gomes. *Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 17-56.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. *Sitiado em Lagos: autodefesa de um negro apossado pelo racismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NEGREIROS, Rodrigo Feyth de. *Teologia da Libertação*. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/dezembro2005/teoliberta.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2009.

PASSOS, Mauro. *Uma Igreja a caminho: o movimento político-religioso na Arquidiocese da Paraíba (1968-1980)*. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/vii encontro/textosIntegra/MauroPassos.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2009.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

SANTOS, David Raimundo. *As religiões são importantes para os afro-descendentes?* Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2003/textos/portugues/DosSantos.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2009.

SENGHOR, Leopold Sedar. *Um caminho para o socialismo*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Nevez; FERREIRA, Jorge (Orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

SILVA, Jomar Ricardo da; *A educação da mulher em Lima Barreto*. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

SILVA, René Marc da C. (Org.). *Cultura Popular e Educação – Salto para o Futuro*. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2008, p. 241-246.

TOMAZ, Laycer. *Da senzala à capela = From senzala to chapel*. Tradução de John Penney – Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2000, p. 21-45.

VELÔSO, Ricardo Grisi. *Catálogo da produção intelectual de Dom José Maria Pires*. João Pessoa: mimeo, 1997. Trabalho final do II Curso de Especialização em Organização de Arquivos, UFPB.

Edição especial. Diário de Pernambuco Online. Recife, 01 Jan. 2009. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/2008/12/30/especial9_1.asp>. Acesso em: 20 abr. 2009.

Notícia online na categoria Caridade e Solidariedade. Rádio Vaticano: A voz do Papa e da Igreja em diálogo com o mundo. Disponível em: <<http://www.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=12829>>. Acesso em: 20 abri. 2009.